TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 109ª
(CENTÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wasny de Roure a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 32ª Sessão Extraordinária;

- Ata da 107ª Sessão Ordinária;

- Ata da 108ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho acompanhado, desde a semana passada, a ação desenvolvida pela Polícia Federal do Brasil com relação a malfeitos, conforme diz a Presidenta Dilma Rousseff, praticados por servidores públicos, inclusive servidores concursados.

Por exemplo, o servidor advogado adjunto da União é servidor concursado, bem como o denunciante dos fatos, que é servidor concursado do Tribunal de Contas da União, cedido ao Governo de São Paulo — integra o equivalente à Secretaria da Transparência lá de São Paulo —, que recebeu os 300 mil reais e se arrependeu de tê-los recebido. Eu acho que isso é importante que fique claro, Deputada Arlete Sampaio, para demonstrar a diferença do comportamento do governo da Presidenta Dilma, que já ocorria antes, no governo do Presidente Lula, para o governo anterior, do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Acho que todo mundo se lembra de quando a Polícia Federal investigava comportamentos inadequados de autoridades do governo dos tucanos, a exemplo do Presidente do Banco Central do Brasil, Chico Lopes, que foi pego em sua residência com dólares clandestinos — era Presidente do Banco Central do Brasil e foi pego no apartamento dele em São Paulo com dólares clandestinos. Quais foram as medidas tomadas, naquela época, pelo governo de então, o governo dos tucanos? Transferir o delegado federal que estava procedendo às investigações para o Acre. Portanto, o delegado foi segregado para o Acre por estar fazendo o seu dever de ofício, quando de todas as ações que aconteceram no governo do Presidente Lula, sempre os envolvidos foram afastados. A Polícia Federal sempre teve toda a liberdade — e tem que ser assim — para investigar os malfeitos. A mesma coisa se dá agora no governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Portanto, por mais que alguns articulistas tentem colocar que pessoas do governo da Presidenta Dilma estão envolvidas com malfeitos, é preciso ficar claro que são servidores na sua maioria concursados que estão sendo investigados, com a liberdade que tem que haver, pela Polícia Federal do Brasil. E a Presidenta Dilma merece todo o apoio fundamental que a gente tem que dar, pela seriedade com que ela segue conduzindo os destinos da Nação brasileira.

Em vez de ficar contrariado, me anima a maneira com que a Presidente Dilma Rousseff age, no sentido de não poupar ninguém — fez malfeito, pague pelo que fez.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, acho extremamente oportuno o debate que V.Exa. levanta, porque é tranquilo, em todas as rodas acadêmicas, políticas, laborais, que a Presidenta Dilma, efetivamente, está resgatando a institucionalidade. Nunca, em nenhum momento, com aliados ou não, S.Exa. pensou muito para tomar decisões rápidas que preservassem a coisa pública e mandassem apurar, sem também presumir culpa, sem também precipitar julgamentos. S.Exa. tem atuado na linha do Estado Democrático de Direito. É preciso que se faça esse registro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa.

Quero, mais uma vez, levar meus cumprimentos ao Ministro José Eduardo Cardozo, que seguiu a orientação e a determinação da Presidente Dilma: se houve malfeito, que se apure e encaminhe para que a Justiça puna. É assim que tem que ser feito. Isso demonstra efetivamente a diferença da ação do governo do Presidente Lula, do governo da coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores e, agora, do governo liderado pela Presidenta Dilma, do meu partido, o Partido dos Trabalhadores com relação ao que era antes no tempo dos tucanos, de triste memória. Esperamos que jamais aquelas práticas voltem ao nosso país.

Quero aproveitar esse dois minutos e meio que me restam para fazer outro registro. Sou católico, nasci católico, continuo católico, mais eu tenho a obrigação de fazer um reconhecimento aqui, desta humilde tribuna, Deputado Chico Leite, de um fenômeno que está acontecendo aqui neste país. Trata-se, Deputado Evandro Garla, do Bispo Edir Macedo, do lançamento de uma trilogia de livros dele. Saiu o primeiro, e os outros dois virão em seguida. O Bispo Edir Macedo está sendo um fenômeno enquanto escritor.

Eu estava assistindo, Deputado Chico Leite, uma matéria isenta da TV Record falando que, na Colômbia, ele reuniu mais de 30 mil pessoas no lançamento do livro dele. A mesma coisa, Deputado Evandro Garla, aconteceu na Venezuela: 25 mil pessoas fizeram uma fila para comprar e levar para a casa esse livro. Vi imagens de pessoas com cinco livros – deu para contar. Nesse final de semana em São Paulo, 55 mil pessoas, Deputada Arlete Sampaio, compareceram à livraria para adquirir o livro do Bispo Edir Macedo. Portanto, há de haver um reconhecimento do fenômeno que está sendo o lançamento desse livro.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, agradeço a oportunidade do aparte e também parabenizo V.Exa. por seu pronunciamento.

De fato, o Bispo Edir Macedo vem fazendo um belíssimo trabalho nesses últimos 35 anos. Eu posso falar isso, porque sou fruto desse trabalho. Se não fosse primeiramente Deus, através de uma instituição chamada Igreja Universal do Reino de Deus, V.Exa. pode ter certeza de que eu não estaria aqui hoje: ou eu estaria morto, ou eu estaria atrás das grades, porque parece que não, mas a minha vida já estava enveredada para o caminho da marginalidade.

Então, esse fenômeno, como V.Exa. falou agora, de fato, vem ocorrendo não só aqui no Brasil, mas em mais de 170 países. O lançamento do livro aqui no Distrito Federal, por coincidência também, foi até no mesmo dia do lançamento do livro de V.Exa. Peço até desculpas por não ter podido ir ao lançamento do livro de V.Exa. Estávamos representando a Câmara no lançamento do livro, no *shopping* Casa Park, ao qual mais de 20 mil pessoas compareceram. Então, isso demonstra quantas pessoas têm sido beneficiadas por esse trabalho.

Deputado Chico Vigilante, eu agradeço esse comentário que V.Exa. passou agora e também à revista *ISTOÉ*, porque ela reconheceu que, de fato, existe uma pessoa com idoneidade fazendo um bom trabalho. Há alguns anos, essa mesma revista colocou em sua capa o Bispo Macedo agachado, olhando para trás, com certos dizeres. Então, foi muito bom a própria revista *ISTOÉ* mostrar o trabalho que o Bispo Macedo vem fazendo em prol de toda a sociedade e, além do mais, ajudando o Governo Federal, os governos estaduais e os governos municipais na recuperação de pessoas do caminho das drogas, do caminho do alcoolismo. Não é computada pelas Secretarias de Saúde e até mesmo pelo Ministério da Saúde a quantidade de pessoas recuperadas e do gasto que se evitou com relação a isso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Deputado Evandro Garla, eu já tive oportunidade, na época do Governo do Professor Cristovam Buarque, portanto governo do PT, de almoçar com o Bispo Macedo e com a alta direção da Igreja Universal brasileira. Foi um almoço muito agradável, porque era o reconhecimento deles da instalação da Igreja Universal no Setor de Diversões Sul, no Conic, mais precisamente no Cine Atlântida.

Eu me lembro de que o Bispo Edir Macedo disse que nós do Partido dos Trabalhadores e a Igreja Universal éramos muito parecidos. Ele dizia: "Vocês tiveram a mesma origem. Portanto, não tem porque a gente ficar brigando. Nunca mais vocês vão ver os membros integrantes da Igreja Universal atacando o Partido dos Trabalhadores." E isso realmente é verdade, o PT fez aliança com os partidos que têm a orientação de integrantes da Universal – porque a Universal não é um partido. Um exemplo é o Distrito Federal. Eu sempre tenho dito que V.Exa., que é um Deputado que integra a nossa base de sustentação do Governo Agnelo e que faz parte do nosso bloco PT/PRB, é realmente um Deputado de princípios, um Deputado de quem temos muito orgulho por fazer parte da nossa base.

Portanto, quero aqui levar o meu abraço ao Bispo Edir Macedo, desta humilde tribuna, e dizer que ele é um fenômeno realmente, que tem de ser reconhecido pelo mundo. Ele, um evangélico, um pregador da Bíblia, um pregador de princípios, um cristão, fundou uma igreja aqui no Brasil e hoje é um fenômeno reconhecido mundialmente.

É importante que reconheçamos que o Brasil, que se torna efetivamente uma potência, este País se desenvolve inclusive no reconhecimento da fé, Deputado Agaciel Maia. É muito importante verificar que esse homem já foi tão atacado, e agora todos terão que reconhecer as qualidades que ele tem, porque não é todo dia que se lança um livro com 56 mil pessoas esperando mais de cinco horas numa fila para adquiri-lo.

Está de parabéns o Bispo Macedo por esse lançamento. É o reconhecimento aqui de um católico. Vou continuar sendo católico, mas tenho obrigação de reconhecer esse fenômeno que é o Bispo Edir Macedo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, pessoal da galeria, todos que acompanham esta sessão, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o nobre colega Deputado Evandro Garla por esse sucesso, esse fenômeno literário do grande líder Edir Macedo. Mais uma vez, não apenas pela magnitude das suas igrejas, mas também por esse lançamento do mercado literário, fica provada a sua liderança, e liderança sempre pressupõe alguma qualidade. Não haveria sentido milhares e milhares de pessoas estarem comprando esse livro se realmente ele não tivesse uma mensagem, um conteúdo.

Leve os meus cumprimentos, Deputado Evandro Garla, porque V.Exa. realmente está de parabéns!

Sr. Presidente, hoje, na minha fala, quero me prender a um assunto que já abordei na Câmara Legislativa no primeiro semestre: um pedido para a instauração da CPI dos Hospitais Privados. Deputada Arlete Sampaio, Deputado Chico Vigilante, Deputado Chico Leite, hoje, na primeira página do caderno *Cidades*, do *Correio Braziliense*, está estampado: denúncia de prática ilegal na sala de cirurgia. Isso é muito preocupante. Não vou dizer que é grave, mas é muito preocupante. Todos nós, desde as nossas experiências pessoais até experiências de pessoas que estão distantes de nós, temos alguma passagem sobre essas dificuldades de atendimento nos hospitais privados do Distrito Federal. Se estamos, de alguma maneira, com dificuldades para fazer uma CPI da saúde geral, por que não fazer uma CPI dos hospitais privados?

Deputado Wasny de Roure, vários servidores dos hospitais privados denunciam que estão sendo obrigados a ajudar em cirurgias, sem serem treinados para isso. Recentemente, tivemos a morte do filho do Flávio Dino, que teve ampla publicidade talvez por sua luta em apurar a responsabilidade. Quantas e quantas pessoas também estão passando por fatos como esse e não têm a mesma facilidade para chegar aos veículos de comunicação? Penso que esse é um assunto sobre o qual a Câmara Legislativa deva se debruçar.

Não podemos deixar que uma denúncia como essa passe ao largo. Não podemos fingir que não está acontecendo nada na saúde do Distrito Federal. E, agora, estamos tratando de uma saúde paga pela pessoa, do próprio bolso, muito embora a saúde pública não seja gratuita, porque as pessoas pagam impostos. Então, além de se pagarem impostos, as pessoas, nesse caso, têm que pagar por um serviço particular e, ainda assim, não encontram um bom atendimento e correm graves riscos, como o de entrar em uma mesa de cirurgia, de fazer um procedimento qualquer e, a partir desse procedimento, ter uma dificuldade maior do que a inicial.

Do outro lado, temos os trabalhadores. Deputado Chico Vigilante, V.Exa. que sempre foi um ferrenho defensor dos trabalhadores, saiba que eles estão dizendo que são obrigados a isso, porque, de outra forma, perdem o emprego. Esses trabalhadores dizem que, quando participam das cirurgias, não têm treinamento e, se pegam de maneira errada em um órgão, recebem uma bronca do médico.

A verdade, hoje, é que os hospitais privados do Distrito Federal não são hospitais, mas uma rede de hotelaria. Eles terceirizaram todos os serviços e não se responsabilizam por nada.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Deputada Eliana Pedrosa, o assunto que V.Exa. traz hoje ao plenário desta Casa, sobre as denúncias dos funcionários, tem um agravamento a mais. Entendo que isso tudo que chega à Câmara Legislativa – essas denúncias de que funcionários são forçados a trabalhar – realmente merece um encaminhamento, para uma investigação. Sou um defensor das coisas públicas e do direito. Não sou como o Deputado Chico Leite, que tem um conhecimento acima da média, mas sei o que é certo e o que é errado.

Então, sobre o que V.Exa. traz nesta tarde, a este plenário, cabe a este Parlamento uma observação maior: em primeiro lugar, eu gostaria de pedir a V.Exa. que encaminhasse as denúncias à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, cuja Presidente é a Deputada Celina Leão. Se couber uma CPI, V.Exa. pode ter certeza e convicção de que serei um que assinarei.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Deputado, já tenho um pedido de CPI dos hospitais privados. Apenas vou fazer um aditamento com relação a esses fatos novos que estão vindo à tona no presente momento. O *Correio Braziliense* disponibiliza aqui uma cópia, inclusive com letra dos próprios servidores dos hospitais, de parte das denúncias deles sobre o que está ocorrendo.

Eu falava que os hospitais, hoje, são uma rede de hotelaria. Eles não se responsabilizam por nada. Mas na hora em que se credenciam como hospitais, eles têm que se responsabilizar, sim. Hoje se você chegar a uma emergência à noite, dificilmente vai encontrar um médico daquela especialidade no hospital — ele vai estar em casa.

Fiz menção, inclusive, no primeiro semestre, de que o meu neto sofreu um acidente, deu entrada às 21h de uma sexta-feira em um hospital privado e, mesmo constatado um coágulo no cérebro, o médico só chegou às 9h da manhã de sábado. O exame foi feito sexta-feira à noite, e não havia nenhum médico neuropediatra para atendê-lo. Não consegui nenhum neuropediatra particular para atendê-lo em um final de semana. Então, não é um hospital, mas uma rede de hotelaria, cujo serviço encerra em uma determinada hora da noite, como em um restaurante de hotel. A diferença é que, no restaurante de hotel, às vezes até se consegue fazer um pedido pelo telefone, Deputado Agaciel Maia. Você faz o pedido e eles dizem: "Olha, não dá para ter uma lasanha, mas dá para ter um sanduíche".

É muito grave o que está acontecendo. Hoje você tem um plano de saúde e não tem garantia de que vai ter um quarto no hospital. Você entra em uma fila e não sabe o horário em que vai ser atendido. Aproveito para mencionar que acompanhei uma pessoa a um hospital, para atendimento à noite, também em um final de semana, e tivemos que correr dois hospitais privados. No segundo, a fila era tamanha, que chegamos às 21h do sábado e a pessoa só iria ser atendida no domingo, às 11h da manhã, na emergência. Daí, fomos a um terceiro hospital, onde essa pessoa, finalmente, conseguiu o atendimento.

Então, há alguma coisa em que temos de nos aprofundar, porque a situação da saúde no Distrito Federal está ficando cada vez mais difícil. Você não tem para onde ir muitas vezes. O absurdo maior é você pagar um hospital, achar que está tendo um atendimento correto em uma mesa de cirurgia, em uma hora em que você está anestesiado e não tem nenhuma condição de fazer uma avaliação – nem você nem a sua família, que não está presente nessa sala de cirurgia –, e depois saber que não teve o correto atendimento. Há vários e vários casos de mutilações, de complicações e até de óbitos que ficaram sem uma explicação convincente ou mesmo sem explicação.

Peço aos nobres pares que se atentem a esse pedido, que já se encontra com todas as assinaturas necessárias, para uma CPI da saúde privada do Distrito Federal e rogo à Mesa Diretora que faça a sua instalação.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Só para esclarecimento dos nobres Líderes que vão fazer uso da palavra — estão inscritos o Deputado Agaciel Maia, a Líder de Governo e o nobre Deputado Cláudio Abrantes —, vieram dois temas importantes, que deixei passar do tempo regimental. Um foi sobre a questão do Edir Macedo e o outro foi sobre a questão da saúde. Eu pediria que tentássemos nos limitar ao tempo de cinco minutos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que ontem eu e a Deputada Arlete Sampaio, em visita ao Secretário de Saúde, fomos informados do início das obras do edifício do Hospital do Trauma, ao lado do Hospital de Base, como também da tratativa dele com o diretor do Instituto Nacional de Câncer – Inca, que trabalharia junto com o Secretário da Saúde no sentido de viabilizar o Hospital do Câncer em Brasília.

Ele construiu a proposta, levou à bancada federal, que a acolheu na proposta de uma emenda de bancada da ordem de 100 milhões. Eu quero, portanto, registrar aqui os meus cumprimentos à bancada do Distrito Federal, que de maneira bastante ousada, criativa, acolheu essa demanda da Secretaria de Saúde junto com o Inca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PMDB/PPL/PTC e PT do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje pela manhã a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças realizou a votação dos quatro projetos com os pareceres parciais sobre a proposta orçamentária do Distrito Federal para 2013.

É importante ressaltar, Deputado Chico Leite, a qualidade técnica e a estruturação metodológica dos pareceres do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Cláudio Abrantes, da Deputada Eliana Pedrosa e do Deputado Benedito Domingos, alguns dos pareceres com mais de 100 páginas detalhando e analisando de maneira minuciosa todas as variáveis econômicas que o governo apresentou, com estimativa de receita e fixação das despesas para 2013. Foram aprovados de maneira unânime pelos cinco membros da Comissão.

Agora, o que é importante destacar, Deputado Evandro Garla, é que nós mantivemos a proposta inicial discutida na Comissão de que nem o relator parcial, nem o relator geral terão qualquer prerrogativa a mais ou qualquer centavo a mais

em emendas em relação aos demais Deputados, inclusive aos que não pertencem à Comissão.

Portanto, está mantido pelos pareceres parciais. E há o compromisso desse Relator-Geral de que todos os Deputados terão o mesmo valor, rigorosamente o mesmo valor, para apresentação de emendas no Orçamento de 2013. Então, acabou aquela prerrogativa de a relatoria parcial e a relatoria geral terem um valor de emendas superior ao dos demais colegas.

Eu quero parabenizar os meus colegas da Comissão, em especial o Deputado Wasny de Roure, a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Benedito Domingos, por entenderem exatamente essa regra de que, Presidente Olair Francisco, cabe ao relator e às relatorias parciais apenas coordenar e organizar as relatorias, não cabendo a eles qualquer prerrogativa a mais do que os demais Deputados da Casa.

Eu quero aqui dizer que além dos quatro pareceres parciais do Orçamento, que serão distribuídos em meio magnético para que todos os Deputados tenham condições de analisar, nós ainda teremos duas reuniões da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que serão na próxima semana e na outra semana.

Nós votamos ainda hoje o Projeto de Lei nº 1.242, de 2012, que tem um grande alcance social. Ele permite a isenção, quando houver a doação dos terrenos da União para o Distrito Federal, dos impostos para os programas sociais que tiverem a destinação desses terrenos.

Então, é necessário que a Câmara Legislativa faça essa divulgação, porque foi apresentado um substitutivo a esse projeto encaminhado pelo Executivo e aprovado hoje na comissão. Ele é de fundamental importância porque tem um alcance social muito grande. Ao mesmo tempo, ele é de uma justeza, principalmente para os mais carentes, Deputado Cláudio Abrantes, e merece realmente ser divulgado como um feito a sua aprovação pela Câmara Legislativa.

Sr. Presidente, hoje também votamos um crédito suplementar, e sabemos que estamos a poucos dias do encerramento do exercício, que permite ao Governo do Distrito Federal fazer a publicidade de matérias que são de fundamental importância, principalmente para a conscientização da população em determinados programas de governo.

Portanto, o que eu espero é que haja o *quorum* na sessão de hoje para que possamos votar principalmente esses dois projetos que estão na pauta e que foram votados hoje pela manhã na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Eu gostaria de agradecer ao Deputado Agaciel Maia, que cumpriu regimentalmente o tempo.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, comunico a todos que a reunião do Colégio de Líderes de hoje acordou votar oito vetos, todos pela manutenção. Ao mesmo tempo, também acordou votar os projetos de Parlamentares que estão na Ordem do Dia de hoje, a partir do item nº 61. E também acordamos votar alguns projetos do Poder Executivo, os quais daqui a pouco vou pedir que sejam colocados extrapauta. São eles: o PL nº 1.083, o PL n º 1.182, o PL nº 1.273, o PL nº 1.166, e o PL nº 1.159. Além disso, há alguns projetos de lei que ainda vamos conversar com os demais Líderes para verificarmos a hipótese de também colocá-los na Ordem do Dia de hoje. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é informar que no último sábado o Governador Agnelo Queiroz fez o lançamento oficial do selo da Copa 2014. Esta Casa precisa se debruçar sobre esse tema. É preciso acertarmos aqui a realização de uma comissão geral, da qual todos os Parlamentares participem, para que nós possamos discutir com as áreas sociais do governo a preparação do Distrito Federal para recepcionar todos os visitantes que virão para a Copa do Mundo, tendo em vista que temos conhecimento de que em todas as cidades que recepcionaram eventos como esse houve um rastro de aumento da prostituição, de aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes, e também do trabalho infantil.

Portanto, eu sugiro que depois façamos, conjuntamente, uma proposta para o início do próximo ano, de uma comissão geral para fazermos esse debate, ouvindo todos os secretários das pastas acerca dessas providências.

Em terceiro lugar, eu queria dialogar com a Deputada Eliana Pedrosa. S.Exa. propõe uma CPI dos hospitais privados. Eu tenho um entendimento. Evidentemente que não sou advogada, portanto eu não tenho o conhecimento jurídico suficiente, mas tenho dúvidas quanto à eficácia de uma CPI dessa natureza na Câmara Legislativa. Eu acho que nós deveríamos consultar os juristas se há alguma eficácia. Enquanto isso não ocorre, que façamos com a Comissão de Educação, Saúde e Cultura uma visita aos hospitais referidos nas matérias do *Correio Braziliense.* Eu acho que só isso já é o bastante para chegarmos lá e fazermos uma pressão no sentido de que sejam tomadas providências por parte da direção técnica do hospital, para que fatos como esse não venham acontecer.

Quero também dizer — o Deputado Wasny já se adiantou — da conversa que tivemos ontem com o Secretário de Saúde, que além de ter nos comunicado o início das obras para o Hospital de Traumas do Distrito Federal e o Hospital de Câncer, aqui próximo ao Hospital de Apoio, também recepcionou muito bem a reivindicação feita pela Associação das Pessoas Portadoras de Epilepsia no que diz respeito à aquisição do aparelho necessário para fazer o diagnóstico e fazer a separação dos pacientes que poderão ser demandantes da cirurgia de epilepsia.

Então, esse aparelho já está sendo encomendado. Enquanto isso, há a possibilidade de um convênio com o Hospital Santa Luzia, que realiza o procedimento, para que seja rapidamente incluído, já que há uma fila enorme de pacientes que precisam desse exame. Portanto, isso será realizado.

A última informação que eu queria dar aqui é que recentemente recebi uma visita do vice-presidente da Rede D'Or, uma rede de hospitais privados que funciona no Rio de Janeiro e já funciona também em São Paulo, em Curitiba, que está vindo agora para o Distrito Federal. Houve um rechaço muito forte por parte da nossa categoria médica, como por parte de outros entes do Distrito Federal, com relação à presença da Rede D'Or em Brasília, alegando que isso significaria o monopólio da rede hospitalar. O monopólio, na verdade, existe por conta de uma família que é proprietária da imensa maioria dos hospitais privados no Distrito Federal. Portanto, a presença da Rede D'Or não muda essa situação; muito pelo contrário, até diminui o efeito dessa questão.

Uma das coisas mais importantes que o vice-presidente me falou é que na concepção da direção da Rede D'Or — aí é o motivo principal, porque a categoria tem uma certa dificuldade em aceitar a presença da Rede D'Or —, em todos os hospitais da rede existe uma equipe fixa de profissionais responsáveis pelo acompanhamento da saúde dos pacientes. Coisa que a Deputada Eliana Pedrosa criticou aqui e é verdade. Nós escolhemos um cirurgião, escolhemos um hospital, vamos lá para fazer a cirurgia e não tem dentro da rede do hospital uma equipe fixa contratada pela rede para acompanhar os pacientes e se responsabilizar por eles. Inclusive, tomar atitudes, se necessário, com relação ao paciente e comunicar ao médico que nos operou o que será feito.

Eu acho que essa é uma experiência interessante. Eu felicito que a Rede D'Or esteja vindo para Brasília. Acho que eles já estão operando hoje no Santa Luzia e no Hospital do Coração, ali ao lado, o HCor, e vão estender a sua gestão também a outros hospitais da rede aqui do Distrito Federal.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Deputada, eu gostaria de voltar ao início da sua fala sobre a comissão geral a respeito da recepção dos turistas para a Copa do Mundo, para a cidade se precaver, principalmente com o aumento da exploração de crianças e adolescentes aqui no Distrito Federal. É muito importante, Deputada Arlete Sampaio, e faço uma chamada para todos os Deputados e para todos que estão acompanhando esta sessão, porque está em curso a alteração do Código Penal no Senado e na Câmara Federal, no Congresso Nacional. Uma das propostas feitas diz respeito à redução da idade para sexo consensual: de 14 para 12 anos de idade. É um absurdo! É um absurdo!

Inclusive, tenho feito algumas audiências, algumas palestras e tenho buscado apoio para que nós mobilizemos as pessoas para que sejam contra esse absurdo e enviem para a caixa de mensagem dos parlamentares federais, dos senadores e pelo telefone 0800, para que eles não permitam esse desatino que é a redução do sexo consensual de 14 para 12 anos.

Uma menina de 12 anos de idade não sabe o que é uma gravidez, não terá a menor condição de criar o filho depois. Isso é apenas um viés, para não falar que com 12 anos de idade, às vezes, não se tem noção exata do que está acontecendo e muitos que estão na idade adulta terminam abusando dessas crianças. Deixo então registrado, Deputada Arlete Sampaio, que é muito oportuna essa discussão de V.Exa.

Com relação à CPI dos hospitais privados, eu quero lembrar a V.Exa. que já tivemos aqui a CPI dos Combustíveis, que tratou de entes privados. E, remetendo ao nosso Regimento Interno, no art. 72 diz que as Comissões Parlamentares de Inquérito podem apurar fatos determinados — esse é um fato determinado, essa denúncia é um fato determinado —, por prazo certo. Considera-se fato determinado um acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Distrito Federal. Então, não apenas entes públicos, mas entes privados estariam incluídos aí.

Eu penso que uma CPI tem um ferramental muito mais apropriado para fazer essa abordagem. Agora, qualquer que seja a decisão dos Parlamentares desta Casa, só não podemos ficar inertes. Pode ser uma boa solução através da Comissão de Educação e Saúde. Eu acho, também, que devemos agir rápido.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Somente para responder à Deputada Eliana Pedrosa, eu não tenho nada contra a criação de uma CPI dos hospitais privados, só questiono a eficácia dela. Se houver, por parte dos juristas desta Casa, a compreensão de que ela tem, sim, eficácia, serei umas das signatárias, sem dúvida, desta CPI. O que eu propus foi, enquanto isso não seja decidido, que providenciemos imediatamente uma visita da Comissão de Educação e Saúde àqueles hospitais.

Por último, quero dizer que, felizmente, Deputada Eliana Pedrosa, em função de inúmeros protestos, a comissão que está reescrevendo o Código Penal, parece-me, suspendeu suas funções, ou seja, paralisou os trabalhos, o que é muito importante, pois o que estava se desenhando seria inaceitável para o nosso País.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador) – Deputada Arlete Sampaio, eu quero me referir a outro trecho do discurso de V.Exa., sobre o monopólio na saúde privada. Eu, há algum tempo, recebi uma denúncia do Sindicato dos Médicos e me pronunciei junto ao Cade contra exatamente essa aquisição de variados estabelecimentos pela Rede D'Or. É evidente que somos contrários ao

monopólio de quem quer que seja, porque a saúde não tem preço e não pode ser empregada como mercadoria.

O Sindicato dos Médicos trouxe ao nosso mandato a denúncia de que a Rede D'Or, ao ingressar aqui, e havia ação similar no Cade, iria exatamente monopolizar essa área; e nós fomos veementemente contrários. Mas quero fazer o registro de que, de um lado, essa apuração é feita no âmbito do Cade, e deve ser feita; e de outro também não admitimos o monopólio seja de quem for, sob pena de a saúde transformar-se em mero objeto de lucro, o que é inadmissível para todos nós.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Muito obrigada, Deputado Chico Leite.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa. Eu gostaria que todos fossem breves para que possamos votar.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora) – Deputada Arlete Sampaio, eu só gostaria de aproveitar o tema de V.Exa., até porque V.Exas. falaram de CPI na rede privada, e dizer que hoje o jornal *Correio Braziliense* traz uma denúncia de prática ilegal na sala de cirurgia.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – A Deputada Eliana Pedrosa falou sobre isso.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu gostaria, então, de convidar todos os Parlamentares para participarem de uma audiência pública marcada para amanhã, às 10 horas, com o sindicato dos auxiliares. Convido todos os Parlamentares para fazerem parte desse debate, dessa audiência pública.

Eu concordo com a CPI da Deputada Eliana Pedrosa, porque afeta principalmente a área de saúde. Ela mexe com vidas. Não significa que só as pessoas usuárias do sistema público de saúde têm direito à vida. As pessoas que usam o sistema particular também têm direito à vida.

Acho que fatos como este reforçam ainda mais o pedido de uma CPI e de uma audiência pública como a de nossa autoria, que será amanhã às 10 horas. Aproveito a oportunidade para convidá-los.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, quero apenas reforçar uma notícia que V.Exa. deu de que esta Casa é parceira, porque foi através de uma audiência pública com a Associação dos Portadores de Epilepsia que, com relação a esse serviço que está paralisado, tanto de diagnóstico como cirúrgico, o Secretário nos deu duas informações importantes.

Em primeiro lugar, o processo de aquisição dos aparelhos, tanto no diagnóstico como na cirurgia, na rede pública, seria implantado no Hospital de Base. Em segundo lugar, de tentar construir um convênio com o Hospital Santa Luzia por já disponibilizar desses equipamentos em função da demanda bastante reprimida que tem a Secretaria de Saúde.

Eu destaco isso, pois é um trabalho que fizemos conjuntamente, mas quero, juntamente com V.Exa. — porque V.Exa. tem o domínio da área da saúde e nos ajuda enormemente —, ter oportunidade de fazer uma visita ao Hospital de Base para vermos, de fato, as reais condições de ele recepcionar esse serviço e de ter mais ou menos construído conosco um acompanhamento do calendário da implantação desse serviço, que é da maior importância do ponto de vista do resgate da saúde, da qualidade de vida, e também da autoestima daquele que é portador dessa patologia, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

Sr. Presidente, vou encerrar a minha fala, até porque tenho o maior interesse que entremos nas votações no dia de hoje.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve até porque nós temos temas importantes para esta tarde. Quero saudar os meus Pares, saudar a Mesa, saudar a galeria aqui presente e também as equipes que usam a Câmara Legislativa como cenário.

Sr. Presidente, na verdade quero aqui fazer um registro, uma memória e, ao mesmo tempo, tecer aqui um reconhecimento ao trabalho que foi feito pelo Governo do Distrito Federal. Não é novidade para ninguém que sou oriundo da Polícia Civil do Distrito Federal. Lá trabalhei até a eleição, até o meu mandato de Deputado Distrital. Tenho 17 anos de Polícia Civil e, em boa parte desse tempo, servi à Polícia Civil no Instituto de Criminalística, que é tido como um dos melhores — senão o melhor — Instituto de Criminalística deste País, com peritos extremamente qualificados com mestrado e doutorado. Uma referência para o País em momentos de grande repercussão nacional — cito o caso José Carlos dos Santos e cito o caso do avião da Gol Linhas Aéreas que colidiu com o Legacy. Enfim, a Polícia Civil, o Instituto de Criminalística sempre está na vanguarda da polícia técnica do Brasil.

Recentemente, a *TV Globo*, no semanário *Fantástico*, mostrou que o Instituto Criminalístico do Distrito Federal era um oásis diante dos institutos de criminalística do País. O que acontece? No ano passado, no segundo semestre, nós

aprovamos uma emenda ao PPA para alterar, para fazer a construção do novo prédio do Instituto de Criminalística. Esse prédio viria acompanhado de uma série de outras ações, principalmente na aquisição de equipamentos e no aumento de efetivo.

Acontece que, por ironia do destino — inclusive alguns Deputados aqui, como o Deputado Chico Leite e o Deputado Wasny de Roure, colocamos recursos para esse empreendimento —, por uma ironia do destino, no dia 20 de janeiro de 2012, o Instituto de Criminalística, o prédio antigo, pegou fogo, fruto de instalações antigas, mal conservadas. Instalações que não acompanhavam a qualidade humana daqueles peritos. Pegou fogo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, eu gostaria de resgatar aqui que foi em uma audiência, na qual foi convidada a Secretária de Segurança Pública, Dra. Regina, pelo Secretário à época, de Segurança Pública, o Dr. Sandro, que ainda é o nosso Secretário, e a direção da Polícia Civil. Logo em seguida, ela veio nos visitar nas instalações do instituto, quando ela nos disse que o Governo Federal tinha no seu planejamento a construção no País de cinco grandes unidades de perícia.

Foi também nessa visita — até pelo acúmulo e a qualidade técnica do Instituto de Criminalística em Brasília — que o Governo Federal acabou optando por Brasília ser uma das unidades da federação a recepcionar uma dessas cinco unidades de perícia que terá um serviço de âmbito nacional.

Portanto, esse também é um reconhecimento da qualidade técnica da Polícia Civil em nossa cidade, sobretudo dos peritos, e que, portanto, hoje, confere à Brasília a oportunidade de ter um instituto apoiado pelo Governo Federal de qualidade a atender demandas fora do quadrilátero do Distrito Federal.

Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure e o incorporo ao meu pronunciamento.

Em janeiro deste ano, nós tivemos o incêndio do prédio do Instituto de Criminalística, e diversos Parlamentares estiveram lá. Nós, inclusive, daqui fizemos um pronunciamento sobre o estado em que ficou o instituto. Pois bem, houve várias críticas da base do governo, da Oposição, enfim, porque exigíamos a necessidade de ações nesse sentido. Eu, hoje, Sr. Presidente, tenho a alegria de vir aqui à tribuna anunciar que, no último dia 5 de novembro, foi lançado o edital para a construção desse prédio, Deputado Chico Vigilante. É um reconhecimento à capacidade dos membros do Instituto de Criminalística do Distrito Federal.

O lançamento do edital foi no último dia 5 de novembro. A abertura será no dia 7 de dezembro. É uma obra de grande capacidade, que tem recursos do Governo Federal, como falou agora o Deputado Wasny de Roure, que foi projetado pela Divisão de Arquitetura e Engenharia da própria Polícia Civil, ou seja, reduzimos os custos do projeto executivo que triplicará a área já utilizada pela Polícia Civil que foi fragmentada. É algo em torno de 10 mil metros de área construída, tornando-se um dos maiores, senão o maior complexo de análise de polícia técnica do Brasil, superando, inclusive, os da Polícia Federal.

São mais de 1.500 metros quadrados de área destinada apenas para laboratório, Deputado Dr. Charles, na área de toxicologia, histocitopatologia, balística e uma série de outras ações de laboratórios que são extremamente importantes para a procedência da ação jurisdicional da implantação da resolução de crimes. É uma obra que tem um valor estimado entre 25 e 30 milhões, a depender do resultado da licitação, e, entre as funcionalidades que me foram passadas, destacam-se: a questão de ser um prédio moderno; a questão da acessibilidade, inclusive com acessos especiais para os policiais que ora têm que entregar algum exame, porque, antigamente, Deputado Dr. Charles, o policial chegava lá para entregar um exame de drogas, seja o que for, e ele tinha que conviver e passar, como se fosse uma pessoa comum. Agora, não. Há uma área específica para esse recebimento, para o cuidado da prova pericial que precisa ser feita do exame ali. Então, há muitos avanços.

O sistema de circuito interno de TV, ou seja, o sistema de instalação de gás para a questão de balística, que nós não tínhamos. Com tantos laudos de extrema qualidade que a Polícia Civil produziu com tanta qualidade, quando você via as instalações de balística do Instituto de Criminalística, você falava assim: "Não é possível que vocês chegaram a esta dedução, a esta conclusão, utilizando esse tipo de equipamento". Isso pela qualidade dos nossos peritos criminais.

Então, hoje, além de tudo isso, nós temos a oportunidade de trabalhar o lançamento dessa licitação, que com certeza trará mais segurança para a Polícia Civil como um todo. Em tempo de dificuldades pelas quais a Polícia está passando, isso é um ganho muito grande. A gente espera que em breve também estejamos aqui chamando os Deputados...

DEPUTADO DR. CHARLES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, eu queria ser solidário com a sua fala. Eu fui convidado recentemente para ir até lá. Eu, da área da saúde, o que poderia estar fazendo na Polícia e tudo? O Dr. Carlos e o Dr. Nadiel foram me mostrar a resolução de outros países. Antes era de 5%. Nós temos uma resolução hoje que chega perto de 20%. Aquilo lá hoje realmente está fazendo um trabalho extraordinário. A Polícia do

Distrito Federal tem mostrado por que ela desvenda tantos crimes. E é isso aí, nós temos que dar o apoio necessário.

Eu quero parabenizar V.Exa., que é oriundo da Polícia Civil do Distrito Federal, e também parabenizar a todos. Que nós possamos colocar recursos para desvendarmos cada vez mais os crimes e ter uma sociedade mais amparada. Parabéns pela fala de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Muito obrigado, Deputado Dr. Charles. Eu quero salientar que todo esse processo começou nesta Casa, na votação do PPA no ano passado, quando a Câmara Legislativa aprovou uma emenda ao PPA do governo no sentido de colocar o prédio do Instituto de Criminalística como prioridade.

Para vocês terem uma ideia, eu trabalhei lá muito tempo, e os nossos alojamentos eram terríveis. O Deputado Aylton Gomes deve ter passado por isso também no Corpo de Bombeiros. O alojamento era terrível, tanto que o incêndio começou pelo alojamento. Eu acho que é um momento muito importante.

Eu quero apenas salientar a participação da Câmara Legislativa em todo esse processo, com o acompanhamento dos Parlamentares, e desejar à Polícia Civil do Distrito Federal, aqui deixando os meus parabéns ao esforço imenso do Secretário Sandro Avelar, como já foi citado pelo Deputado Wasny de Roure, e também do Diretor-Geral da Polícia Civil, o Dr. Jorge.

Eu quero agradecer muito e dizer que estamos atentos a outros pleitos da categoria. Esperamos inclusive, Sr. Presidente, que em breve possamos juntos anunciar aqui o reajuste tão sonhado para toda a área de segurança do Distrito Federal, porque eu tenho certeza, estamos conversando, que ele virá em breve.

Era isso o que eu tinha a falar. Muito obrigado e boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoal da galeria, imprensa, eu fui procurado — eu sou morador de Vicente Pires — devido a um problema grave.

Aliás, são vários problemas que temos na cidade hoje. Mas tem um que realmente é um gargalo hoje: a questão do trânsito de Vicente Pires. Quando se está no horário inverso, quando o pessoal vem do Plano para Taguatinga e para Ceilândia, na parte perto da Estrutural, as pessoas não conseguem passar para o outro lado de maneira nenhuma. E aquilo para, para tudo!

Então, eu queria falar com o Secretário de Obras, que é sensível a essa questão, e com as autoridades afetas a essa área, para que nós possamos realmente fazer uma ponte que ligue essa área de Vicente Pires, já no final, com o Jockey e

fazer mais uma estrada, uma via de uns 900 metros. Ali, sim, nós vamos resolver esse problema do trânsito. A gente tem falado tanto em acessibilidade, nós temos falado tanto que as pessoas têm que resolver o problema no trânsito, e ali, quando chove, então, vira um problema maior.

É dessa questão que a gente vai tratar. Vamos fazer, inclusive, uma audiência pública no mês de dezembro para que nós levemos às autoridades pertinentes, para que nos reunamos com a comunidade local, e aí podermos definitivamente ter os recursos necessários para fazer essa ponte, o que será uma maravilha não só para as pessoas que moram em Vicente Pires, mas também para as pessoas que moram em Águas Claras, Ceilândia, Taguatinga. Haverá uma solução muito importante ali. Então, eu vim trazer isso aqui. Venho chamar as autoridades competentes, para que juntos possamos trabalhar para melhorar a vida dessas pessoas.

Queria lembrar também – estamos com um projeto sobre isso – que muitas das nossas crianças ficam hoje, até de forma patética, olhando para o computador. Ficam lá dezenas de horas, às vezes, o dia e a noite. Muitas delas sequer sabem pegar em uma caneta e escrever, porque elas não saem mais do computador. Há também os perigos que essas crianças correm quando se dirigem aos *cyber* cafés, às *lan houses*, pois não há quem as controle de maneira mais efetiva, além de haver problemas de saúde, de vista.

Daí queremos realmente fazer um projeto, lembrando que há um tempo ideal, que é de três horas. Passando disso, aquela *lan house* será penalizada, e se repetir, será fechada. Pois as nossas crianças não podem ser submetidas àquilo que estão hoje, sem controle algum. Às vezes, as famílias não sabem nem onde elas estão. E há também a questão da saúde, porque elas ficam vidradas no computador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dou por encerrados os Comunicados dos Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Muita boa tarde, Srs. Deputados, imprensa, galeria. O assunto que eu trago neste momento é o seguinte: no sábado, foi realizada ali no centro da Ceilândia, na feira, Deputado Chico Vigilante, uma passeata, a segunda caminhada contra a violência doméstica. No dia 25, que foi domingo, é comemorado em todo o Brasil e também no mundo, Deputada Luzia de Paula, o combate à violência doméstica. Essa caminhada foi realizada pelo Grupo Raabe, um braço assistencial da Iurd, justamente para mostrar à sociedade que deve haver, sim, a denúncia quando

existe uma agressão: não só a física, mas também a verbal, a moral. A palavra, muitas vezes, dói até mais do que uma agressão física.

Nessa passeada que foi realizada no centro da Ceilândia, Deputado Chico Vigilante, muitas mulheres participaram, milhares de mulheres estiveram presentes. Agradecemos a presença da Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres, Sra. Olgamir Amancio, que esteve presente na caminhada e realizou uma palestra mostrando a importância da denúncia. Muitas vezes, a mulher não denuncia pelo medo, pelo fato de ter o agressor morando dentro da sua casa. Ela fica com medo. Mas não pode, tem de denunciar, e o número que ela deve ligar é o 180.

Nós temos de lutar por essa questão, mostrar para a sociedade que é necessária a participação de todos, mostrar para os homens, aqueles que se dizem machos, fortes e corajosos, que eles não devem encostar um dedo numa mulher, em nenhuma delas.

Ontem, visitando o governador e mostrando essa demanda, S.Exa. mostrou para mim e para alguns outros companheiros que estavam ali presentes que o índice sobre a agressão a mulheres de 2011 em relação a 2012 caiu, devido a denúncias. Porém, não deve apenas cair, deve acabar. Muitas das vezes, Presidente Patrício, temos de parar de tratar as pessoas como índices, como números. Eu sei que isso faz parte das pesquisas, faz parte do estudo da própria polícia; porém, temos de zerar. Para isso precisamos da participação da Câmara Legislativa, do Executivo, de toda a sociedade.

Então, mais uma vez, parabenizo todas as mulheres que estiveram ali presentes, parabenizo também a Polícia Militar, o BPTran, que estava ali presente para dar segurança a todas as mulheres, o Detran e a Secretaria da Mulher, que esteve ali presente.

Srs. Deputados, são essas as minhas palavras. Mais uma vez quero lembrar: mulheres, denunciem o agressor. Não tenham medo. Denunciem!

Muito obrigado.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Deputado Evandro Garla pela sensatez, pelo compromisso, pelo belo discurso, por tudo que foi proferido aqui. S.Exa. é um cristão, é um pastor e defende a vida, a família, a dignidade humana e sabe muito bem que não só a mulher, mas qualquer ser humano não foi criado para apanhar. Quando Deus tirou a mulher da costela de um homem, foi para ela ser companheira, gestora do lar, conceber, ajudar na condução da família.

Graças a Deus que as mulheres, não só as brasileiras, mas em nível mundial, conquistaram espaço belíssimo. Por exemplo, quantas Parlamentares nós temos aqui na nossa Casa Legislativa? E hoje temos o País conduzido por uma mulher, fazendo um trabalho fantástico. Por isso, quero parabenizar o Deputado Evandro Garla pelo discurso, pelo compromisso.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para não me alongar, eu vou fazer das palavras do Deputado Washington Mesquita as minhas palavras, cumprimentando o nobre Deputado Evandro Garla. Parabéns pela sensibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que estão na galeria, quero saudar com muito carinho as crianças que estão presentes.

Na tarde de hoje, eu venho, mais uma vez, falar de um assunto de que eu gosto muito de falar. Dessa vez, eu venho mais para agradecer a sensibilidade do Governador Agnelo. Hoje eu tive a oportunidade de estar há alguns instantes com aproximadamente oitenta representantes de entidades sem fins lucrativos. Deputada Arlete Sampaio, foi uma alegria muito grande para nós. Essas entidades se reuniram para fazer um agradecimento especial à Sedest na pessoa do Secretário Daniel Seidel. Agradeço com carinho pela forma que o Secretário vem conduzindo o seu relacionamento e o relacionamento da Secretaria com essas entidades, o respeito, a consideração. Também agradeço pelo apoio. Teve também o apoio de V.Exa., Deputada Arlete Sampaio, para que fizesse com que a Secretaria de Educação passasse a ter a mesma posição e o mesmo sentimento.

Queremos aqui, mais uma vez, em nome das entidades sem fins lucrativos, agradecer ao Governador Agnelo, agradecer ao nosso Secretário Daniel Seidel pela postura e por perceber a importância desse segmento na sociedade. Nós sabemos que este País hoje é um pouquinho melhor em relação àqueles que mais precisam.

Principalmente aqui quero parabenizar o nobre Deputado Evandro Garla. Quero falar sobre a questão da violência doméstica. Por que essas entidades existem? Existem porque, na sua gestão, há guerreiros e guerreiras que dão a sua vida para salvar vidas.

Quero aproveitar também para falar de outro assunto que me deixou muito feliz. Na semana passada, tive a oportunidade de, juntamente com o Administrador de Ceilândia, o Deputado Federal Roberto Policarpo, procurar o mesmo Secretário Daniel Seidel. O assunto era o albergue de Ceilândia. Tivemos a alegria de receber

do Secretário Daniel Seidel o compromisso de dar um tempo nas obras e buscar outros espaços para que seja construído o referido albergue. Tivemos, da parte do Secretário, o compromisso de que aquele espaço vai ser estudado, vai ser avaliado para prestar àquela comunidade ansiosa, que não está com o sentimento de aceitação daquele albergue que ali estava sendo apresentado.

Então, o Sr. Daniel, mais uma vez, com a sua disposição, com o seu compromisso com aqueles que mais precisam, teve essa visão e está, juntamente com a Administração de Ceilândia, fazendo avaliação, inclusive juntamente com o administrador. Nós apresentamos a ele — digo "nós apresentamos", porque, como moradora de Ceilândia, conheço a cidade, conheço os espaços físicos que a cidade tem — algumas sugestões. Prontamente ele esteve em Ceilândia visitando esses espaços para, no futuro, dar a acolhida necessária a esse segmento da sociedade.

Outro assunto sobre o qual quero parabenizar nosso governador foi a situação dos alagamentos das casas em Ceilândia. Prontamente o governador, juntamente com a Administração de Ceilândia, fez a transferência daquelas famílias para as casas ali construídas. Foram transferidas, de imediato, cinco famílias, e mais famílias vão ser transferidas para as casinhas construídas no Programa Minha Casa, Minha Vida. Com essa posição, realmente Ceilândia só tem que agradecer a postura e o comprometimento que tem tido o nosso governador em relação à comunidade sofrida da nossa cidade.

Eu queria também ressaltar outro assunto e, de antemão, parabenizar as comissões que vêm tratando desse assunto do projeto PPCUB — Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico, o Projeto de Lei nº 56, de 2012. Quero fazer um apelo às comissões que têm visto com muita determinação o projeto. Sabemos que esse projeto conta com 976 páginas, 224 artigos e, graças a Deus, o Iphan pediu tempo para que esse projeto seja analisado.

Sei muito bem que os nossos técnicos, os analistas, estão vendo isso com muita determinação, mas é preciso tempo para que nós não venhamos cometer algo que nós não gostaríamos que fosse cometido, porque tudo que se faz com muita pressa, corre-se o risco de não sair da forma como gostaríamos que fosse feito.

Então, eu quero aqui parabenizar as comissões que têm tido esse compromisso, que têm feito com muita determinação o estudo, as audiências públicas, mas é necessário que se tenha cuidado, assim como tivemos com o PDOT.

Meus agradecimentos. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, inicialmente eu queria parabenizar o Sr. Ibaneis pela vitória na OAB, e o Severino Cajazeiras, grande professor.

O que me traz à tribuna desta Casa hoje são três assuntos. Vou começar por um deles, que é o lançamento, Deputado Wasny de Roure e Deputada Arlete Sampaio, deste livro, *O Livro Maldito.* É uma publicação internacional e estava para ser vendido na parte infanto-juvenil. Pela capa, você já acha que é algo assim bem maldoso, mas o que percebemos, Deputada Eliana Pedrosa, é que o livro ultrapassa a questão da maldade. Ele tem um selo: "100% perverso, conteúdo impróprio para pessoas politicamente corretas".

A gente recebeu a denúncia na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. O livro tem capítulos que ensinam a praticar crimes, Deputado Chico Vigilante: como bater em mulheres, como roubar uma loja e sair impunemente. Então, são coisas que realmente ferem a nossa legislação.

É de um autor internacional, e foi publicado pela Editora Best Seller. A Delegada da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Distrito Federal pediu a proibição e a suspensão da venda do livro. O juiz deu uma decisão de efeito modulatório, em que ele proibiu só para menores de idade, mas, no meu entendimento, Deputado Chico Vigilante, isso viola as questões de legislação do nosso País. Há figuras, Deputado Chico Vigilante, de mulheres sendo agredidas por homens, aqui no livro. É pesadíssimo.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar está tomando várias providências. Nós fizemos uma representação no Ministério Público Federal — porque é um lançamento nacional — para que ele encaminhe à Polícia Federal para proibir a venda deste livro. Uma criança que está em formação, ler um livro desse — como ocultar um cadáver, como jogar uma bomba durante um culto, um coquetel molotov, como produzir essa bomba —, não é só mais aquele humor negro, ele ultrapassa a questão do humor negro.

Então a gente faz um apelo aqui. Nós estamos também fazendo uma moção de repúdio a este livro. Eu quero parabenizar a delegada do Distrito Federal, que foi o primeiro Estado que se posicionou publicamente contra o livro. Estava sendo vendido, Deputado Wasny de Roure, na seção de crianças, infanto-juvenil. Esse livro não é apropriado não só para crianças, como não é para ninguém. A nossa sociedade já está cheia da violência. Um livro desses, que ensina como abrir uma fechadura, como roubar uma máquina de refrigerantes, é algo realmente que nos fere.

Nós entendemos que o livro também faz alusões e apologias ao crime, o que realmente é contra o nosso Código Penal, que no art. 286 fala sobre incitar publicamente a prática de crimes — detenção de três a seis meses ou multa, o que eu acho que é muito pouco, ainda, para gente que publica esse tipo de material, que eu posso aqui, com toda afirmação, Deputada Arlete Sampaio, chamar de lixo. Lixo mesmo, Deputada Arlete Sampaio. Isso aqui não é liberdade de imprensa. Isso aqui é um lixo ideológico de um autor americano que quer trazer para o nosso País uma

liberdade de imprensa que ultrapassa a questão de liberdade de imprensa e fere a nossa legislação.

Então, o primeiro registro que eu gostaria de fazer era esse, de *O Livro Maldito*. Gostaria de pedir a assinatura de todos os Parlamentares na moção de repúdio.

Outro assunto que eu trago é que eu quero parabenizar toda a galeria, a Associação de Lojistas, Empreendedores e Usuários do Shopping Popular de Brasília, que está aqui hoje. Deputada Arlete Sampaio, nós estamos recebendo na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar várias denúncias sobre a questão da condução do Shopping Popular, principalmente da presidenta da associação, que a vem conduzindo com falta de transparência, até com crime de cheques fraudados. Nós recebemos isso, e eu acho que é muito sério.

Eu tive o cuidado, Deputada Arlete Sampaio, de estar com o Coordenador de Feiras do Governo do Distrito Federal, e aqui novamente eu faço um apelo, porque nós estamos tendo boxes que estão sendo violados, lacrados sem autorização e sem o conhecimento dos feirantes. A gente faz um pedido aqui, para que o Governo do Distrito Federal abra um caminho de negociação, de diálogo, de conversa com esse grupo que está aqui.

Nós sabemos que há várias denúncias, desde cheques que foram fraudados a boxes que estão sendo doados de forma ilícita, irregular. Então a gente entende que é necessário. A gente pede, Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. que é Líder do Governo, que proceda, talvez, a um atendimento ao grupo que está aqui, que traz várias reivindicações sobre os boxes, sobre a condução. Eu acho que é um momento em que precisamos dar uma solução definitiva ao Shopping Popular. Não adianta fazer de conta que o Shopping vai se manter da forma que está, pois está às moscas, sem o funcionamento devido, sem o público devido.

Então, faço o pedido para o atendimento de toda essa comissão, da Aleoshopb que está aí, pedindo uma interferência do governo, porque realmente há denúncias de vários crimes que estariam sendo cometidos no Shopping Popular.

São esses os dois temas que eu trago à tribuna desta Casa nesta tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Quero até me desculpar, porque não é momento de fala do Parlamentar – não tem aparte –, então se pressupõe até que não vamos falar depois, mas o assunto que a Deputada Celina Leão trouxe é de extrema relevância para que nos manifestemos.

A produção desse livro no Brasil, a forma como está sendo feita a sua distribuição – aberta e, principalmente, colocada em prateleira ao acesso da criança e do adolescente – é um absurdo. Não sei como uma pessoa escreve um livro como esse. É um desses lixos que importamos dos Estados Unidos, e ficamos realmente assustados com isso.

Portanto, quero parabenizar a Deputada Celina Leão, parabenizar a Delegada que tomou essa iniciativa, e dizer que é um absurdo muito grande. Devemos chamar a atenção para uma questão tão relevante que, às vezes, passaria despercebida, como uma edição de um livro.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, são 17h25min, eu queria fazer um apelo aos Parlamentares para que possamos entrar na votação no dia de hoje. Solicito a todos que permaneçam em plenário, para podermos fazer a votação conforme o acordo feito no Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência fará uma consulta aos Parlamentares: mais algum Parlamentar quer fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares? (Pausa.)

Como nenhum Parlamentar quer fazer uso da palavra, dou por encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

O primeiro item é o veto. Temos acordados cinco vetos para serem votados, que foi um acordo no Colégio de Líderes, em uma reunião hoje na Presidência. São cinco vetos, se não me engano, sete projetos do Executivo e os projetos de Parlamentares.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa. resolveu a questão do sequestro? Ainda não? Está resolvendo.

Item n° 5:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 350, de 2011, da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a instalação de portas com detector de metal nas casas lotéricas localizadas no âmbito do Distrito Federal".

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 350 / 2011
Fls. nº 24

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 350/2011, que *dispõe sobre a instalação de portas com detector de metal nas casas lotéricas localizadas no âmbito do Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 50/2012-GAG (fls. 21/22), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 350, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 17.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o fundamento de que a proposição não estaria em consonância com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, norteadores da atividade estatal, considerando excessiva a exigência contida no projeto de lei.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRICIO) – Obrigado, Deputado Chico Leite. O acordo do Colégio de Líderes é pela manutenção do veto.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27/11/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒VETO TOTAL ☐VETO(S) PARCIAL(S) AO(S) :

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 350/11

Autor: **Deputado(a):** Luzia de Paula ☐Executivo

Relator: **Deputado(a):** Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	-					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	-			X		
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	-			X		
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	-			X		
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD	-			X		
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	-			X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		16	01		07		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP

SECRETÁRIO DEP. Jorge Francisco

ASSP Nº 1 Fls.º

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENCÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		
OBSTRUCÃO	-		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA MAT. 13641

ASSP/ PL Nº 350/11

FOLHA Nº 25

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 7 ausências.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 6:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 315, de 2007, do Deputado Aylton Gomes, que "dispõe sobre a informação ao consumidor quanto à importância de verificação prévia da documentação do imóvel e dá outras providências".

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto total ao Projeto de Lei nº 315, de 2007, do Deputado Aylton Gomes, que "dispõe sobre a informação ao consumidor quanto à importância de verificação prévia da documentação do imóvel e dá outras providências".

O Chefe do Executivo, ao vetar, argumentou que o aviso de que trata a proposição conduziria o leitor à ideia de que o comparecimento à Terracap é, por si só, suficiente para evitar problemas com a aquisição do imóvel, devido ao uso do conectivo "ou" em sua redação.

Além da Terracap, seria necessário, diz ele, realizar consulta junto ao cartório de registro de imóveis e obter uma série de certidões negativas relativas ao vendedor, de modo que a disposição contida no projeto poderia prejudicar o ambiente de negócios.

Essas são as informações que eu tinha a prestar para que todos estivessem prontos a votar o veto.

É o seguinte o relatório:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 315 2007
Fls. nº 25

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 315/2007, que *dispõe sobre a informação ao consumidor quanto à importância de verificação prévia da documentação do imóvel e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 52/2012-GAG (fls. 22/23), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 315, de 2007, de autoria do Deputado Aylton Gomes.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fls. 17/18.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob a alegação de que o aviso de que trata a proposição conduziria o leitor à ideia de que o comparecimento à Terracap é por si só suficiente para evitar problemas com a aquisição do imóvel, devido ao uso do conectivo "ou" em sua redação.

Além da Terracap, seria necessário realizar consulta junto ao cartório de registro de imóveis e obter uma série de certidões negativas relativas ao

vendedor, de modo que a disposição contida no projeto poderia prejudicar o ambiente de negócios.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 315 2007
Fls. nº 26

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL — DATA 27/11/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒VETO TOTAL ☐VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :_____

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)_____

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 315/07

Autor: Deputado(a): Aylton Gomes ☐Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR		/				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				/		
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN				/		
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB	/					
	LILIANE RORIZ	PSD				/		
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM				/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				/		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	/					
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		16	01		07		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP — SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO — ASSP Nº____/__ Fls.º____

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	07		
OBSTRUÇÃO	–		

CONSOLIDADO POR — ASSINATURA — MAT. 1881 — ASSP/____Nº____/__ FOLHA Nº____

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 8:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 286, de 2011, do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre normas específicas para licitação de serviços continuados no âmbito dos poderes públicos do Distrito Federal".

(Assume a Presidência o Deputado Olair Francisco.)

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto parcial ao Projeto de Lei nº 286, de 2011, do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre normas específicas para licitação de serviços continuados no âmbito dos poderes públicos do Distrito Federal".

Sr. Presidente, o Chefe do Poder Executivo, ao fazê-lo, invocou especificamente o parágrafo único do art. 1º e ao art. 2º do PL, invocou que se tratava de conteúdo afeto a normas de Direito do Trabalho, matéria cuja competência legislativa é privativa da União, nos termos do art. 22, inciso I, da Carta Maior.

Ainda quanto ao art. 2º, o veto deveu-se, segundo o Chefe do Poder Executivo, à circunstância de o dispositivo impor norma sobre a contratação de pessoal pela empresa vencedora de licitação, estando em desacordo com o art. 3º da Lei de Licitações, pois ao impedir que o vencedor da licitação selecione os trabalhadores que considere mais aptos e produtivos, conduziria à majoração dos valores praticados nas propostas.

Sr. Presidente, era isso o que tínhamos de saber para votar o veto.

É o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 286/2011, que *dispõe sobre normas específicas para licitação de serviços continuados no âmbito dos poderes públicos do Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem n.º 81/2012-GAG (fls. 19/20), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 286, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 14.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, foi oposto **veto parcial** ao parágrafo único do art 1º e ao art. 2º do projeto. O primeiro, conforme a mensagem, trataria de conteúdo afeto a normas de direito do trabalho, matéria cuja competência legislativa privativa é da União, nos termos do art. 22,I, da Constituição Federal.

O art 2º foi vetado sob a alegação de que o dispositivo, ao impor normas sobre a contratação de pessoal pela empresa vencedora de licitação, estaria em desacordo com o art. 3º da Lei de Licitações, pois, ao impedir que o vencedor da

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 286 / 2011
Fls. nº 24 28

licitação selecione os trabalhadores que considere mais aptos e produtivos, conduziria à majoração dos valores praticados nas propostas.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 286 2011
Fls. nº 35 48

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Consulto os Líderes se há acordo para votar em bloco os vetos parciais aos parágrafos únicos dos artigos 1º e 2º.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, conforme já dito aqui, esse veto trata de um parágrafo. Como ele não modifica a essência da lei aprovada nesta Casa e sancionada pelo Governador, concordo com a votação em bloco. Ele não modifica a lei, não altera a lei aprovada, que é uma lei da maior importância para os trabalhadores do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Então, havendo acordo, passa-se à apreciação do veto parcial.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

O acordo do Colégio de Líderes é pela manutenção.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL — DATA 27/11/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): parágrafo único do art. 1º e art. 2º

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 286/11

Autor: Deputado(a): Chico Vigilante ☐Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				/		
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN				/		
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD	/					
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM				/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	/					
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		18			6		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP — SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO — ASSP Nº / Fls. º

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	06		
OBSTRUÇÃO	–		

CONSOLIDADO POR — ASSINATURA — MAT. 13841 — ASSP/ Nº / — FOLHA Nº

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto parcial.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 10:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 454, de 2011, da Deputada Luzia de Paula, que "institui a realização de teste de tipagem HLA para a inclusão dos respectivos resultados no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME), no âmbito do Distrito Federal".

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório sobre o veto total. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Wellington Luiz para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto total.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto total ao Projeto de Lei nº 454, de 2011, que "institui a realização de teste de tipagem HLA para a inclusão dos respectivos resultados no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME), no âmbito do Distrito Federal".

Pela Mensagem 126/2012-GAG (fls. 21/22), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa oposição de veto total ao Projeto de Lei nº 454, de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 17.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto total, sob a alegação de que a Lei Federal nº 8.080, de 1990, atribui ao Ministério da Saúde a competência para incorporação, exclusão ou alteração de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou alteração de protocolo clínico ou diretriz terapêutica, o que inviabilizaria a incorporação do procedimento descrito na proposição por meio de Lei Distrital, sob pena de inconstitucionalidade.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

É o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 454/2011, que *institui a realização de teste de tipagem HLA para a inclusão dos respectivos resultados no registro nacional de doadores voluntários de medula óssea (REDOME), no âmbito do Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 126/2012-GAG (fls. 21/22), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 454 de 2011, de autoria da Deputada Luzia de Paula.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 17.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob a alegação de que a Lei Federal n.º 8.080/90 atribui ao Ministério da Saúde a competência para incorporação, exclusão ou alteração de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou alteração de protocolo clínico ou diretriz terapêutica, o que inviabilizaria a incorporação do procedimento descrito na proposição por meio de Lei Distrital, sob pena de inconstitucionalidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 454 / 2011
Fls. nº 25

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

AD HOC

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 454 / 2011
Fls. nº 26

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27/11/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☑VETO TOTAL☐VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☑PROJETO DE LEI Nº(S) 454/11

Autor: Deputado(a): Luzia de Paula ☐Executivo

Relator: Deputado(a): Wellington Luiz

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				/		
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				/		
	CELINA LEÃO	PSD				/		
	CHICO LEITE	PT				/		
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD	/					
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM				/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB				/		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	/					
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		15			9		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP

SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO

ASSP Nº /

Fls. º

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	–		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA 11 Jano MAT. 1364

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº

SAIN – Parque Rural – 70086-900 – Brasília – DF – Tel.: 3488274
Email. plenario.assessoria@cl.df.gov.br

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vejo lá em cima faixas de várias pessoas que pedem a votação do Projeto de Lei nº 1.202, de 2012, que institui o Conselho de Juventude do Distrito Federal.

Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e tramita na Comissão de Assuntos Sociais. Então, é importante que algumas pessoas desçam, para conversarmos a respeito e verificarmos se é possível votá-lo hoje, a partir da posição da Deputada Liliane Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. quer uma conversa para ver a possibilidade de votação. Solicito, então, que uma comissão da juventude desça até o *foyer*, para uma conversa com a Deputada Eliana Pedrosa, a Deputada Arlete Sampaio e a Deputada Liliane Roriz, para que possamos construir um acordo e fazer a votação.

O Deputado Rôney Nemer está construindo um acordo de uma emenda para votação dos lotes de becos intersticiais, que são os lotes de becos do Gama. S.Exa. está com uma comissão no *foyer* também. Assim que terminar, colocamos o projeto em votação, porque é preciso construir uma emenda para depois...

Sei da ansiedade de todas as pessoas, mas é preciso que o legislador tenha cautela para que não aconteça o que aconteceu com os lotes da Ceilândia, nos anos anteriores, que foram declarados inconstitucionais, assim como os do Gama. Na última votação dos lotes intersticiais de Ceilândia, tiramos a oferta, e as escrituras estão prontas para serem entregues já no mês de dezembro.

Não podemos correr o risco de aprovar um projeto e depois ser questionada a sua inconstitucionalidade. Mas o que não podemos é perder na Justiça, Deputado Rôney Nemer. E nós estamos tomando todo o cuidado para que isso não ocorra.

Então, assim que o acordo for fechado, nós o colocaremos em votação.

(Assume a Presidência o Deputado Olair Francisco.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que estamos entrando agora na votação dos projetos, eu quero pedir a V.Exa. a inversão da pauta, para que possamos votar agora o Projeto de Lei nº 1.273, de 2012. É um credito de 30 milhões, acrescido de duas emendas, assinado por todos os Deputados, e que eu peço a V.Exa. que o coloque em votação agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Deputado Chico Vigilante, eu quero que V.Exa. tenha a certeza de que iremos votar todos os projetos que estão na pauta, e esse é um deles. Nós vamos seguir a pauta e vai dar tudo certo. Correto?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, eu fiz o pedido da inversão de pauta, tendo em vista que os dois primeiros projetos ainda dependem de negociação, de conversação e tudo. Portanto, esse que está pronto nós votaríamos agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Deputado Chico Vigilante, faltam só dois vetos. Vamos votá-los e, em seguida, entraremos na pauta da Ordem do Dia.

Item nº 11:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 388, de 2007, do Deputado Patrício, que "dispõe sobre o envio obrigatório à Câmara Legislativa do Distrito Federal da proposta do Governo do Distrito Federal de detalhamento das dotações orçamentárias referentes ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, a ser remetida ao Governo Federal, para elaboração da Proposta de Orçamento Geral da União e dá outras providências".

Na ausência do Relator, o Deputado Chico Leite, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 388/2007, que *dispõe sobre o envio obrigatório à Câmara Legislativa do Distrito Federal da proposta do Governo do Distrito Federal de detalhamento das dotações orçamentárias referentes ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, a ser remetida ao Governo Federal, para elaboração da proposta de orçamento geral da União e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 127/2012-GAG (fls. 42/43), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 388 de 2007, de autoria do Deputado Patrício.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando sua redação final conforme fl. 38.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob a alegação de que a intenção normativa contida na proposição não poderia ser cumprida, pois, no prazo fixado pelo texto (45 dias), não seria possível

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 388, 2007
46

fixar de forma eficaz os referenciais monetários que balizam tanto os orçamentos da União quanto os do Distrito Federal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 388 / 2007
Fls. nº 47

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL — DATA 27/11/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒VETO TOTAL ☐VETO(S) PARCIAL(S) AO(S) :

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 388/07

Autor: Deputado(a): Patrício ☐Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	-			X		
	CELINA LEÃO	PSD				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	-			X		
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM	-			X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	ROBERTO NEGREIROS	PMDB	-			X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		19			05		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP — SECRETÁRIO DEP. PATRÍCIO — ASSP Nº ____/____ Fls.º

VOTOS "SIM"	19	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	05		
OBSTRUÇÃO			

CONSOLIDADO POR — ASSINATURA — MAT. 1384 — ASSP/____Nº____/__ FOLHA Nº ____

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item nº 14:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 499, de 2011, do Deputado Prof. Israel Batista, que "concede o direito de pessoas com mais de 40 anos de idade realizarem, bienalmente e de maneira gratuita, na rede pública de saúde do Distrito Federal, exames básicos para verificação da qualidade da saúde (check-up geral)".

Deputada Arlete Sampaio, Deputada Eliana Pedrosa e Deputada Liliane Roriz, a comissão já se encontra aqui ao lado do *foyer* para que possa...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu estou aguardando a Líder de Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok. Assim que chegar, o pessoal já está esperando e V.Exas. poderão construir um acordo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro sobre o Projeto de Lei nº 1.202, que é o projeto da juventude. O primeiro Conselho de Juventude do Distrito Federal foi quando eu fui Secretária de Estado. A gente quer parabenizar aqui. V.Exa. acredita que esse decreto já teve o nome de três governadores? Esperamos que essa política de juventude agora fique criada por lei e institucionalizada, e não que um governador entre, tire a política da juventude, outro saia e a coloque novamente.

A gente acredita na importância da aprovação desse projeto para institucionalizar, permanentemente, a política de juventude. Só decreto de criação de Conselho de Juventude, já passaram três pelo Distrito Federal e eu acompanho desde 2006.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Relator para proferir o relatório sobre os vetos parciais aos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do art. 1º.

Na ausência do Relator, o Deputado Chico Leite, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 499/2011, que *concede o direito de pessoas com mais de 40 anos de idade realizarem, bienalmente e de maneira gratuita, na Rede Pública de Saúde do Distrito Federal, exames básicos para verificação da qualidade da saúde (check-up geral).*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem n.º 130/2012-GAG (fls. 32/33), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 499 de 2011, de autoria do Deputado Israel Batista.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando sua redação final conforme fls. 25/26.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, foi oposto **veto parcial** ao conteúdo dos §§ 1º a 4º do artigo 1º do projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 499 / 2011
Fls. nº 33

Ao primeiro deles por considerar que a fixação dos exames a que devem ser submetidas bienalmente as pessoas não seria matéria legislativa, dado que a situação clínica varia de indivíduo para indivíduo.

O veto aos demais parágrafos foi justificado com base no artigo 71, §1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, pois o Chefe do Executivo entendeu que criariam atribuições novas para órgãos daquele Poder, matéria de iniciativa legislativa a ele reservada.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

AVIADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 499 /2011
Fls. nº 39

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Conforme o acordo dos Líderes, votaremos em separado os vetos parciais ao § 1º, incisos I, II, III, IV, XI, XII, XIII do art. 1°. Consulto os Líderes se há acordo para votarmos em blocos os referidos vetos parciais. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Havendo acordo, passa-se à votação do veto parcial. O acordo do Colégio de Líderes é pela derrubada do veto que está sendo chamado. O projeto é de autoria do Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tem que ficar claro, porque no Colégio de Líderes o que ficou acertado era manter o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Estamos votando separado.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Eu sei, mas V.Exa. tem que explicar para que possam entender.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Já foi esclarecido. Nós estamos votando aqui o que irá ser derrubado; posteriormente, votaremos o que será mantido, no mesmo item. Portanto, são duas votações do item n° 14. O voto é "não", é pela derrubada, neste momento. Na segunda votação será "sim", pela manutenção.

Passa-se à apreciação dos vetos parciais ao §1º, incisos I, II, III, IV, XI, XII, XIII do art. 1°.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27/11/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : $1º incisos I, II, III, IV, XI, XII, XIII do Art. 1º

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 499/11

Autor: Deputado(a): Prof Israel Batista ☐Executivo

Relator: Deputado(a): Wellington Luiz

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		/				
	ARLETE SAMPAIO	PT		/				
	AYLTON GOMES	PR		/				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				/		
	CELINA LEÃO	PSD		/				
	CHICO LEITE	PT		/				
	CHICO VIGILANTE	PT		/				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS		/				
	DOUTOR CHARLES	PTB		/				
	DR. MICHEL	PEN		/				
	ELIANA PEDROSA	PSD				/		
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB		/				
	LILIANE RORIZ	PSD		/				
	LUZIA DE PAULA	PEN		/				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB		/				
	PAULO RORIZ	DEM				/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN		/				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB		/				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				/		
	WASNY DE ROURE	PT		/				
	WELLINGTON LUIZ	PPL		/				
	PATRÍCIO	PT		/				
	TOTAL			18		06		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP

SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO

ASSP Nº ___/___ Fls. º

VOTOS "SIM"	–	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	18	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	06		
OBSTRUÇÃO	–		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA MAT. 138m.

ASSP/___ Nº___/___

FOLHA Nº___

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Foram rejeitados os vetos parciais ao § 1º, incisos I, II, III, IV, XI, XII e XIII do art. 1º.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Conforme acordo de Líderes, votaremos os vetos parciais restantes ao § 1º, incisos V, VI, VII, VIII, IX, X, XIV e XV, e § 2º, § 3º e § 4º do art. 1º. Consulto os Líderes se há acordo para apreciarmos em bloco os referidos vetos parciais. (Pausa.)

Havendo acordo, passaremos à votação. Esta Presidência esclarece que o acordo do Colégio de Líderes é pela manutenção, portanto o voto é "sim".

Na votação anterior, os vetos foram rejeitados, apenas para esclarecer à Taquigrafia. A orientação para a próxima votação é pela manutenção dos vetos parciais.

Passa-se à apreciação dos vetos.

Os vetos exigem, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os vetos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27/11/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : §1º incisos V, VI, VII, VIII, IX, X, XIV e XV; §2º, §3º, §4º do Art. 1º.

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 499/11

Autor: **Deputado(a):** Prof. Israel Batista ☐Executivo

Relator: **Deputado(a):** Wellington Luiz

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT				/		
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				/		
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB	/					
	LILIANE RORIZ	PSD	/					
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM				/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBERIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	/					
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		19			5		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP

SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO

ASSP Nº / Fls. º

VOTOS "SIM"	19	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	05		
OBSTRUÇÃO	–		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA MAT. 1384

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Ficam mantidos os vetos parciais ao § 1º, incisos V, VI, VII, VIII, IX, X, XIV e XV; § 2º; § 3º e § 4º do art. 1º.

Consulto os líderes se há acordo para superar os sobrestamentos dos demais vetos da pauta da Ordem do Dia e votar as proposições da pauta e itens extrapauta incluídos na Ordem do Dia.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelas informações da Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio, que pediu licença por alguns minutos por estar atendendo o Secretário de Governo, a tratativa no Colégio de Líderes é de que houve um acordo para os itens extrapauta: o Projeto de Lei nº 1.083, de 2012; o Projeto de Lei Complementar nº 51, de 2012; o Projeto de Lei nº 1.182, de 2012; o Projeto de Lei nº 1.273, de 2012; o Projeto de Lei nº 1.166, de 2012, e o Projeto de Lei nº 1.159, de 2012.

Esse é o acordo que foi construído segundo as informações que obtivemos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok, Deputado Wasny de Roure. São esses projetos que foram acordados no Colégio de Líderes.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.182, de 2012, do Poder Executivo, que "autoriza a doação do imóvel que especifica à União Federal".

O projeto teve a tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.083, de 2012, do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV e dá outras providências", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 95, de 2011, da Deputada Eliana Pedrosa, que "condiciona a concessão de alvará de construção e funcionamento à apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV para os empreendimentos que especifica".

O projeto teve a tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.166, de 2012, do Poder Executivo, que "atualiza a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU para o exercício de 2013 e dá outras providências".

O projeto teve a tramitação concluída.

Foram apresentadas duas emendas de Plenário.

(Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que ainda estamos nas discussões...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É que estou consultando a assessoria aqui. Tem uma discussão nas duas emendas. Então, vamos avançar até que se esclareça. Enquanto isso, votaremos o restante dos projetos. São duas emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 1.166, de 2012. Como não há acordo...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que possamos votar o projeto n° 1.273, de 2012.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É o próximo item.

Item extrapauta n° 4:

Discussão e votação, em primeiro turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.273, de 2012, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)".

O projeto teve sua tramitação concluída.

Foram apresentadas cinco emendas de plenário. As comissões deverão se pronunciar sobre as emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas n°s 1, 2, 3, 4 e 5.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas de plenário sobre o Projeto de Lei nº 1.273, de 2012, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)".

Nos termos do inciso II, *b*, do artigo 64, do Regimento Interno desta Casa, compete à CEOF analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições apresentadas e emitir parecer acerca de créditos adicionais.

Foram apresentadas cinco emendas à referida proposição. As emendas são as seguintes: Emenda n°1: de autoria do Deputado Rôney Nemer, no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais); Emenda n° 2: de autoria de vários Deputados, no montante de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); Emenda n° 3: de autoria do Deputado Wasny de Roure, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); Emenda n° 4: de autoria do Deputado Wasny de Roure, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e Emenda n° 5: de autoria de vários Deputados, no valor de R$ 22.477.750,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais).

Sr. Presidente, destaco que essas emendas assinadas por vários Deputados são de iniciativa do próprio Poder Executivo, que são as emendas nº 2 e nº 5. As emendas nº 1, nº 3 e nº 4 se referem apenas a remanejamentos de emendas dos Deputados. Portanto, as emendas nº 2 e nº 5 foram solicitadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento.

Desta forma, somos pela admissibilidade e aprovação das emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 1.273, de 2012.

É o seguinte o parecer, Sr. Presidente:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº /2012

DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS (CEOF), ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1273/2012 QUE "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL NO VALOR DE R$ 30.000.000,00 (TRINTA MILHÕES DE REAIS).

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Wasny de Roure

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe retorna a esta Comissão para análise das emendas de Plenário.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do inciso II, ´b´ do art. 64, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições apresentadas e emitir parecer acerca de créditos adicionais[1].

Foram apresentadas 5 emendas à referida Proposição. As emendas são as seguintes:

EMENDA	AUTOR	VALOR
1	RÔNEY NEMER	R$ 110.000,00
2	VÁRIOS DEPUTADOS	R$ 30.000.000,00
3	WASNY DE ROURE	R$ 50.000,00
4	WASNY DE ROURE	R$ 150.000,00
5	VÁRIOS DEPUTADOS	R$ 22.477.750,00
TOTAL		R$ 52.787.750,00

[1] **Art. 64.** Compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças: [...] II – analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: [...] a) adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições; b) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, crédito adicional, contas públicas, operações de crédito internas e externas a qualquer título a serem contraídas pelo Governo do Distrito Federal;

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

As emendas 1,3,4 referem-se a remanejamentos de emendas dos deputados. As emendas 2 e 5 foram solicitadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento.

Dessa forma, somos pela **admissibilidade** e **aprovação** das emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº. ~~1108~~ 1273/11/2012.

Deputado AGACIEL MAIA
Presidente

Deputado WASNY DE ROURE
Relator

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação, 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei n° 1.159, de 2012, do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e dá outras providências".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADO PATRÍCIO – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sei se ouvi mal, se assim o for, V.Exa. me desculpe, mas me parece que ouvi falar 1.108, e é 1.273.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Projeto de Lei nº 1.273, de 2012. Foi aprovado corretamente, tanto o parecer quanto o projeto em primeiro turno, Deputado Chico Vigilante. Obrigado por V.Exa. estar atento, para que possamos corrigir.

O Projeto de Lei nº 1.159 teve a tramitação concluída. A proposta recebeu três emendas na CEOF, e a Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre as emendas aprovadas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça em relação às Emendas nºs 1, 2 e 3, aprovadas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria ver se eu poderia receber os textos sobre as emendas, porque, salvo engano, há uma emenda que retira recursos do Orçamento Criança, e existe dispositivo legal que não permite isso. Agora, como vai entrar na votação da Comissão de Constituição e Justiça, eu gostaria de conhecer para poder pedir destaque. Não é sobre o crédito?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não. Ainda não entramos em votação sobre o crédito. Como vocês não entraram em acordo ainda, a gente está aguardando e votando o restante da pauta.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O Deputado Chico Vigilante falou aí no 1.273, que é o crédito suplementar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – O Projeto de Lei nº 1.273 acabou de ser aprovado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Projeto de Lei nº 1.273 já foi aprovado com as emendas que foram proferidas aqui pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pelo Deputado Wasny de Roure. Este foi o item anterior; agora estamos no item nº 5, e o Deputado Chico Leite irá proferir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre as três emendas apresentadas e aprovadas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às Emendas nºs 1, 2 e 3 ao Projeto de Lei n° 1.159, de 2012, do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e dá outras providências".

Na verdade, só para esclarecimento, há três emendas que foram apresentadas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e uma emenda apresentada aqui em plenário. Então, a rigor são quatro emendas. As Emendas nºs 1 e 2, que foram apresentadas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, foram retiradas pela autora, e a Emenda nº 3 é admissível.

Esclarecido aqui pela assessoria, Presidente, eu preciso voltar a fazer o debate. Então, vamos lá. Temos três emendas que foram aprovadas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Delas, as Emendas nºs 2 e 3 foram retiradas pela autora. A Emenda nº 1, por não ser admissível, eu a rejeito. A par dessas três emendas, Presidente, há a Emenda Modificativa nº 1, apresentada em plenário, que consideramos admissível na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto tal como veio fica admissível com a Emenda Modificativa nº 1.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em virtude da apresentação da subemenda pela Comissão de Constituição e Justiça, solicito à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para proferir parecer à subemenda apresentada e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a Subemenda de Plenário nº 1.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Subemenda nº 1 apresentada ao Projeto de Lei n° 1.159, de 2012, do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças segue o parecer já emitido na Comissão de Constituição e Justiça, destacando que a Emenda nº 1, que foi aprovada, procura destacar que não poderá haver acúmulo do benefício. É tão somente um único benefício antes de concluir o projeto, não pode recepcionar.

Portanto, eu sigo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.159, de 2012, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Votaremos o item nº 6. O item nº 5 acabou de ser votado. O item nº 3 tinha um problema, em razão de duas emendas de plenário. Tentou-se construir um acordo. Depois continuamos a votação. Seguimos a pauta até o item nº 5. Apreciaremos agora o item nº 6. Esses itens são todos extrapauta. Foi a pauta construída no Colégio de Líderes. Este será o item nº 6, que trata dos lotes intersticiais do Gama.

Item extrapauta nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar n° 51, de 2012, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a desafetação e a ocupação das áreas intersticiais das quadras residenciais da Região Administrativa de Gama – RA II e dá outras providências".

Os pareceres serão dados em plenário.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é aquele?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É aquele. V.Exa. concordou e fez questão que votássemos hoje. V.Exa. defendeu no Colégio de Líderes. Se não fosse V.Exa., nem teríamos chegado a um acordo.

A proposição não recebeu o parecer das comissões.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos fazendo alguns ajustes ainda, e eu solicitaria que passássemos ao próximo item de pauta, porque estamos fechando ainda a redação das emendas. Vamos fazer a relatoria, vamos votar no dia de hoje, mas as emendas

estão sendo impressas para que venham ao plenário. Então temos que aguardar um pouquinho.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu queria pedir um pouquinho de paciência, porque nós fomos procurados por uma comissão de vocês mesmos pedindo uma alteração, que é melhor para vocês. Eu pedi ao Deputado Cláudio Abrantes, que é o Relator, ele concordou e está pedindo para fazer. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Só para esclarecer por que o Deputado Cláudio Abrantes pediu um pouco de tempo: foi justamente para garantir a quem já está habitando e a quem não está habitando, para que todos tenham o direito garantido. É isso. (Palmas.)

Item extrapauta nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar n° 48, de 2012, do Poder Executivo, que "desafeta áreas públicas de uso comum do povo no Setor Leste e Setor Leste Industrial da Região Administrativa do Gama – RA II e dá outras providências".

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não há acordo para hoje sobre esse item.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – De fato, no Colégio de Líderes, a Deputada Eliana Pedrosa disse que só poderia votar esse projeto se o lesse anteriormente, porque S.Exa. não sabe exatamente do que se trata. Então eu sugiro que passemos ao próximo item e que alguém providencie o projeto para que a Deputada possa conhecer. Se houver mudança de posição da Líder do PSD, nós votaremos em seguida.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Foi isso mesmo o discutido no Colégio de Líderes: não houve acordo. Se fosse construído antes das votações em plenário, nós faríamos a votação.

Passa-se ao próximo item de pauta. Trata-se do Projeto de Lei n° 1.159, de 2012, que já teve os pareceres sobre suas emendas votados em duas comissões, mas deixou de passar por uma comissão de mérito.

Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei n° 1.159, de 2012, do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e dá outras providências".

Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei n° 1.159, de 2012, do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e dá outras providências".

Trata-se da Emenda Modificativa nº 1, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que especifica uma regulamentação dos limites estabelecidos para o financiamento do Fundo de Desenvolvimento Rural. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo vota pela aprovação da emenda.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro que acho importante, até porque não podemos ter dois pesos e duas medidas nesta Casa, principalmente ao desprestigiar os Parlamentares. Por várias vezes, inclusive neste mês mesmo, eu fiz um pedido aqui, porque eu tinha um projeto de minha autoria que acho que é importante também, que pedia um parecer aqui no plenário e, para nós, nunca é acatado — para nós Parlamentares —, nem quando há acordo em Colégio de Líderes.

O meu projeto tinha acordo, inclusive no Colégio de Líderes. Para o Executivo, nós abrimos toda hora uma exceção e damos, toda hora, o parecer aqui no plenário. Então é bom que fique claro que, se pode para os projetos do Executivo, pode também para os projetos de Parlamentares. É importante a gente colocar isso, porque nós não podemos ter dois pesos e duas medidas. Se houver acordo no Colégio de Líderes, a gente tem que respeitar, para isso acontecer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa. Eu vou já responder a questão de V.Exa., Deputada Celina Leão.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, abra seu coração. Estamos terminando os trabalhos. Vai ser permitido

também para os Parlamentares. É isso. Vai ser. A regra tem que ser para todo mundo.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Concordo, mas tem que ser. Tem que ser para todo mundo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Lembro que houve aqui, já, um precedente. Sobre a questão do armamento, foi votado dessa maneira, com parecer em plenário. Então é preciso entender que às vezes há situações excepcionais que podem fazer a gente flexibilizar as regras. Não pode ser a regra, mas pode ser exceção.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu vou refletir e vou responder a questão de ordem de V.Exa., Deputada Celina Leão, enquanto a gente procede à leitura e à votação na comissão. Eu preciso de um tempo para raciocinar aqui e refletir, ok?

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Ratifico a votação do projeto em primeiro turno, com a presença de 19 Parlamentares, ficando, então, o Projeto de Lei nº 1.159, de 2012, aprovado em primeiro turno.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei Complementar nº 48, de 2012, já está relatado. Também se refere à cidade do Gama, é sobre um espaço de equipamento coletivo no Setor Industrial. A Deputada Eliana Pedrosa concordou, porque a natureza é basicamente com finalidade pública. Portanto, se V.Exa. concordar em apreciar esse projeto, acho que já há acordo do Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Então há acordo, não tem nenhum problema.

Eu vou solicitar ao Deputado Cláudio Abrantes que nós entremos no processo de votação do Projeto de Lei Complementar nº 51. Que nós façamos a votação com o parecer das duas comissões, Deputado Rôney Nemer, votação em primeiro turno.

Depois nós vamos votar o outro projeto que falta, também em primeiro turno. Encerraremos a sessão, abriremos sessão extraordinária, iniciaremos a votação dos projetos em segundo turno, até que as emendas sejam confeccionadas. As emendas são revertidas para o segundo turno, ok? Assim nós vamos ganhando tempo para votação do projeto.

Os Parlamentares concordam? (Pausa.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Como eu precisei me ausentar por alguns momentos, eu pergunto se o Projeto de Lei nº 1.182, de 2012, que autoriza a doação de imóvel que especifica ao Ministério Público, já foi votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. saiu daqui e deixou uma determinação, que foi cumprida à risca.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ok. Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. mandou, foi cumprido.

Eu ainda estou refletindo, Deputada Celina Leão. Ainda estou refletindo, usando o espírito natalino, inclusive. Depois eu vou responder.

Item extrapauta nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar n° 51, de 2012, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a desafetação e a ocupação das áreas intersticiais das quadras residenciais da Região Administrativa de Gama – RA II e dá outras providências".

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar n° 51, de 2012, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a desafetação e a ocupação das áreas intersticiais das quadras residenciais da Região Administrativa de Gama – RA II e dá outras providências".

Solicito autorização para ir direto à parte conclusiva do parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedido, Deputado. Como eu negaria um pedido de Cristo?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Fundiários analisar e emitir parecer de mérito sobre matérias que tratem de parcelamento do solo, mudança de destinação de áreas, habitação, direito urbanístico, aquisição, administração, utilização, desafetação, afetação, alienação, arrendamento e cessão de bens públicos e desapropriações.

O projeto de lei complementar em análise busca regularizar a ocupação das áreas públicas intersticiais presentes nos projetos das quadras residenciais da Região Administrativa do Gama – RA II. Tais faixas foram planejadas para facilitar o percurso dos pedestres e configurar espaços de lazer e convivência para a população. Apresentam largura de 10 m, atravessando os quarteirões de modo a conectar conjuntos.

A ausência de tratamento paisagístico, iluminação pública e mobiliário urbano, além do acúmulo de entulho, configuraram o abandono dessas áreas. Os problemas de segurança pública, muitas vezes relacionados ao tráfico de drogas, corroboraram para que parte da população local reprovasse a existência dessas áreas, que ficaram conhecidas como "becos". Observam-se ainda diversos casos de invasão dos espaços por ampliação das edificações lindeiras.

O processo de ocupação teve início com a promulgação da Lei Complementar n° 29, de 4 de setembro de 1997, que autorizou o Distrito Federal a destinar as áreas entre lotes residenciais nas Regiões Administrativas do Gama – RA II, Taguatinga – RA III e Ceilândia – RA IX para habitação unifamiliar, com o objetivo de atender a policiais civis e militares e a bombeiros militares do Distrito Federal. A aplicação da norma resultou na conversão da maior parte dos espaços públicos em unidades imobiliárias, somando mais de duas mil e oitocentas, distribuídas às categorias mencionadas. Houve ainda ocupação não autorizada de terrenos por militares não contemplados, cujo direito de posse foi posteriormente concedido judicialmente.

Em 2007, a Lei Complementar n° 29, de 1997, foi declarada inconstitucional por vício de iniciativa, em julgamento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, com efeitos *ex tunc*, ou seja, retroativos à época da origem dos fatos. A Lei Complementar n° 775, de 29 de julho de 2008, visou restabelecer a legalidade das ocupações, distribuindo as unidades preferencialmente aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar que cumprissem as exigências da Política Habitacional de Interesse Social do Distrito Federal. Contudo, decisão do TJDFT declarou inconstitucional também essa Lei Complementar, mais

uma vez por vício de iniciativa, afirmando haver o Poder Legislativo exorbitado seus poderes de emenda.

Verificamos, pois, uma situação de ocupação consolidada, que se iniciou de maneira legítima, mas que agora se encontra na ilegalidade. Os índices urbanísticos propostos a serem aplicados nas unidades residenciais criadas serão aqueles definidos para os lotes lindeiros, na forma do Plano Diretor Local do Gama, de maneira a se preservar os usos e tipologias das localidades. Portanto, avaliamos meritória a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, que pretende solucionar de vez essa questão.

Foram apresentadas três emendas no âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários no sentido de dar melhoria ao texto, transparência e fixar prazo para cadastro de verificação de ocupação.

Diante do exposto, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n° 51, de 2012, no âmbito desta Comissão de Assuntos Fundiários, com as três emendas anexas.

Sr. Presidente, é o seguinte o parecer:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS sobre o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 51, de 2012, que *dispõe sobre a desafetação e a ocupação das áreas intersticiais das quadras residenciais da Região Administrativa do Gama – RA II e dá outras providências.*

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Assuntos Fundiários o Projeto de Lei Complementar nº 51, de 2012, de autoria do Poder Executivo.

A proposição estabelece a desafetação das áreas de uso comum do povo intersticiais das quadras residenciais da Região Administrativa do Gama – RA II, tornando-as bens de categoria dominial, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 56, parágrafo único, do Ato das Disposições Transitórias.

As áreas públicas desafetadas serão destinadas a unidades imobiliárias residenciais, de acordo com projeto urbanístico elaborado pelo Poder Executivo, às quais serão aplicados os índices urbanísticos definidos para os lotes lindeiros, segundo o disposto no Plano Diretor Local do Gama, aprovado pela Lei Complementar nº 728, de 2006, e demais normas específicas.

A proposição possibilita a regularização, nos termos da Lei Federal nº 11.977, de 2009, das áreas que houverem sido ocupadas por autorização do Poder Executivo ou do Poder Judiciário com uso predominante para moradia. Autoriza a doação aos primeiros ocupantes, e direito à legalização do imóvel aos demais, mediante pagamento de valor correspondente à avaliação para fins de regularização, nas condições definidas por ato da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano. As unidades que não forem legalizadas por meio de doação ou venda aos ocupantes deverão ser objeto de licitação, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com ressarcimento do vencedor aos ocupantes pelas benfeitorias realizadas.

O Projeto destina o valor arrecadado com a alienação dos imóveis ao Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – FUNDHIS.

Seguem as cláusulas de vigência e revogatória.

A Exposição de Motivos do Secretário de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano destaca dispositivo constante do art. 109 do Plano Diretor de Ceilândia que faculta como alternativa de ocupação das áreas a criação de unidades habitacionais. Argumenta que a proposição objetiva conferir segurança jurídica aos atuais moradores, diante da declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 29, de 1997, que possibilitou a ocupação em gestão anterior. Afirma que a medida contribuirá para provisão habitacional, atendendo aos ditames da Lei Federal nº 11.977, de 2009, e salienta que a matéria foi submetida à Audiência Pública no dia 5 de dezembro de 2011, obtendo anuência da população da Região Administrativa.

O Projeto de Lei Complementar foi distribuído à Comissão de Assuntos Fundiários, e à Comissão de Constituição e Justiça.

Encaminhada a esta Comissão de Assuntos Fundiários para exame, a proposição não recebeu emendas durante o prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Fundiários analisar e emitir parecer de mérito sobre matérias que tratem de *parcelamento do solo, mudança de destinação de áreas, habitação, direito urbanístico, aquisição, administração, utilização, desafetação, afetação, alienação, arrendamento e cessão de bens públicos e desapropriações.*

O Projeto de Lei Complementar em análise busca regularizar a ocupação das áreas públicas intersticiais presentes nos projetos das quadras residenciais da Região Administrativa do Gama – RA II. Tais faixas foram planejadas para facilitar o percurso dos pedestres e configurar espaços de lazer e convivência para a população. Apresentam largura de 10 m, atravessando os quarteirões de modo a conectar conjuntos.

A ausência de tratamento paisagístico, iluminação pública e mobiliário urbano, além do acúmulo de entulho, configuraram o abandono dessas áreas. Os problemas de segurança pública, muitas vezes relacionados ao tráfico de drogas, corroboraram para que parte da população local reprovasse a existência dessas áreas, que ficaram conhecidas como "becos". Observam-se ainda diversos casos de invasão dos espaços por ampliação das edificações lindeiras.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O processo de ocupação teve início com a promulgação da Lei Complementar nº 29, de 4 de setembro de 1997, que autorizou o Distrito Federal a destinar as áreas entre lotes residenciais nas Regiões Administrativas do Gama – RA II, Taguatinga – RA III e Ceilândia – RA IX para habitação unifamiliar, com o objetivo de atender a policiais civis e militares e a bombeiros militares do Distrito Federal. A aplicação da norma resultou na conversão da maior parte dos espaços públicos em unidades imobiliárias, somando mais de duas mil e oitocentas, distribuídas às categorias mencionadas. Houve ainda ocupação não autorizada de terrenos por militares não contemplados, cujo direito de posse foi posteriormente concedido judicialmente.

Em 2007, a Lei Complementar nº 29, de 1997, foi declarada inconstitucional por vício de iniciativa, em julgamento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, com efeitos *ex tunc*, ou seja, retroativos à época da origem dos fatos. A Lei Complementar nº 775, de 29 de julho de 2008, visou restabelecer a legalidade das ocupações, distribuindo as unidades preferencialmente aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar que cumprissem as exigências da Política Habitacional de Interesse Social do Distrito Federal. Contudo, decisão do TJDFT declarou inconstitucional também essa Lei Complementar, mais uma vez por vício de iniciativa, afirmando haver o Poder Legislativo exorbitado seus poderes de emenda.

Verificamos, pois, uma situação de ocupação consolidada, que se iniciou de maneira legítima, mas que agora se encontra na ilegalidade. Os índices urbanísticos propostos a serem aplicados nas unidades residenciais criadas serão aqueles definidos para os lotes lindeiros, na forma do Plano Diretor Local do Gama, de maneira a se preservar os usos e tipologias das localidades. Portanto, avaliamos meritória a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, que pretende solucionar a questão.

Diante do exposto, manifestamos voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar nº 51, de 2012, no âmbito desta Comissão de Assuntos Fundiários, com as três emendas anexas.

Sala das Comissões, de de 2012.

Deputado CLAUDIO ABRANTES
Presidente

Deputado
Relator

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só esclarecer à galeria que a construção que nós fizemos foi para que ficasse igualzinho ao que foi aprovado na Ceilândia. Certo? Então, a comissão chamou a gente lá embaixo, eu, o Deputado Patrício, o Deputado Cláudio Abrantes como Relator, e a concepção foi a mesma. A única alteração no projeto foi porque eles questionaram uma inconstitucionalidade que o Ministério Público questionou do projeto da Ceilândia, no qual não diz como seria feito o cadastro das pessoas que ocupam.

A única diferença que vai ter é que a gente botou uma emenda já dizendo que a Sedhab e a Codhab vão lá fazer o cadastro.

Obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como nós ajudamos a construir a solução, foi baseado sobretudo num processo de construção junto ao Ministério Público, no sentido de que o projeto seja focado como um projeto de regularização. Isso não impede que eventuais avanços com relação àquelas áreas que não foram ocupadas venham a ocorrer. Mas nós não podemos comprometer o processo da regularização, e por isso foram seguidos, como disse o Deputado Rôney Nemer, os parâmetros da negociação feita com o projeto de Ceilândia. Então, isso é um avanço.

Quero aproveitar e cumprimentar V.Exa., que ajudou a construir junto à Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano com o Deputado Geraldo Magela e o Governador Agnelo Queiroz. Acho que é um enorme avanço. O Deputado Cláudio Abrantes teve a sensibilidade de encontrar um ponto de equilíbrio.

Eu quero aproveitar e cumprimentar toda a comunidade do Gama, que neste momento vem equacionar um problema sério, difícil. E aqueles que naturalmente tinham o anseio de ter a sua moradia equacionada nos becos que não foram

resolvidos, Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. um segundinho de atenção. V.Exa., que tem trabalhado o Gama.

Agora nesse processo da LUOS, naturalmente caberá o avanço urbanístico da cidade do Gama e, consequentemente, isso acomodaria essas demandas existentes nos terrenos que até então não haviam sido ocupados. Resolve-se quem ocupou, e aqueles que tinham expectativa com a ampliação da cidade do Gama terão condições de equacionar a sua demanda pessoal de moradia.

Quero, portanto, registrar isso como enorme avanço aqui na Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. V.Exa. sempre com muita sabedoria e muita ponderação, ajudou a construir muito esse processo e sabe disso. Tanto na época que votamos o de Ceilândia, como esse agora dos lotes do Gama.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Fundiários.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os companheiros da galeria. Parabenizo-os pela paciência que tiveram em aguardar até este momento. Parabenizo a nossa imprensa, os companheiros.

É um presente divino relatar na CCJ um projeto dessa magnitude, uma luta de longas datas, que não é de agora. Quantas insônias com a família passaram, e hoje, graças a Deus, ao Executivo, a esta Casa, à construção dos companheiros, esse aqui é um projeto de várias mãos, um projeto que realmente retrata o que é a Câmara Legislativa. É uma Câmara democrática, que tem uma discussão. Tem que realmente debater, passar pelas comissões. E chegou num produto que – se não é o melhor – atende as famílias.

Parabéns por estarem aqui presentes. Vai ser com muito orgulho, como bombeiro que sou, relatar aqui na Comissão de Constituição e Justiça um projeto dessa grandeza.

Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 51, de 2012, que "dispõe sobre a desafetação e a ocupação das áreas intersticiais das quadras residenciais da Região Administrativa do Gama – RA II, e dá outras providências".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 51, de 2012, que *dispõe sobre a desafetação e a ocupação das áreas intersticiais das quadras residenciais da Região Administrativa de Gama – RA II e dá outras providências.*

AUTORIA: Poder Executivo

RELATOR: Deputado

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei Complementar nº 51, de 2012, apresentado pelo Poder Executivo por meio da Mensagem nº 403/2012-GAG.

A proposição estabelece a desafetação das áreas de uso comum do povo intersticiais das quadras residenciais da Região Administrativa do Gama – RA II, tornando-as bens de categoria dominial, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 56, parágrafo único, do Ato das Disposições Transitórias.

As áreas públicas desafetadas serão destinadas a unidades imobiliárias residenciais, de acordo com projeto urbanístico elaborado pelo Poder Executivo, às quais serão aplicados os índices urbanísticos definidos para os lotes lindeiros, segundo o disposto no Plano Diretor Local do Gama, aprovado pela Lei Complementar nº 728, de 2006, e demais normas específicas.

A proposição possibilita a regularização, nos termos da Lei Federal nº 11.977, de 2009, das áreas que houverem sido ocupadas por autorização do Poder Executivo ou do Poder Judiciário com uso predominante para moradia. Autoriza a doação aos primeiros ocupantes, e direito à legalização do imóvel aos demais, mediante pagamento de valor correspondente à avaliação para fins de regularização, nas condições definidas por ato da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano. As unidades que não forem legalizadas por meio de doação ou venda aos ocupantes deverão ser objeto de licitação, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com ressarcimento do vencedor aos ocupantes pelas benfeitorias realizadas.

O Projeto destina o valor arrecadado com a alienação dos imóveis ao Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – FUNDHIS.

Seguem as cláusulas de vigência e revogatória.

A Exposição de Motivos do Secretário de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano destaca dispositivo constante do art. 109 do Plano Diretor de Ceilândia que faculta como alternativa de ocupação das áreas a criação de unidades habitacionais. Argumenta que a proposição objetiva conferir segurança jurídica aos atuais moradores, diante da declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 29, de 1997, que possibilitou a ocupação em gestão anterior. Afirma que a medida contribuirá para provisão habitacional, atendendo aos ditames da Lei Federal nº 11.977, de 2009, e salienta que a matéria foi submetida à Audiência Pública no dia 5 de dezembro de 2011, obtendo anuência da população da Região Administrativa.

O Projeto de Lei Complementar foi distribuído à Comissão de Assuntos Fundiários, e à Comissão de Constituição e Justiça.

Encaminhada a esta Comissão para exame, a proposição não recebeu emendas durante o prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 63, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça examinar a admissibilidade das proposições quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, emitindo parecer de caráter terminativo quanto aos três primeiros aspectos.

O Projeto de Lei Complementar nº 51, de 2012, trata da desafetação e ocupação de áreas públicas intersticiais no Gama.

A Lei Orgânica do Distrito Federal excepciona desafetação de áreas, até a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo, nos termos do parágrafo único do art. 56 do Ato das Disposições Transitórias:

> ***Art. 56.*** *Até a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Governador do Distrito Federal poderá enviar, precedido de participação popular, projeto de lei complementar específica que estabeleça o uso e a ocupação de solo ainda não fixados para determinada área, com os respectivos índices urbanísticos. (Artigo e parágrafo com a redação da Emenda à Lei Orgânica nº 49, de 2007.)*
>
> ***Parágrafo único.*** *A alteração dos índices urbanísticos, bem como a alteração de uso e* ***desafetação de área, até a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo, poderão ser efetivadas por leis complementares específicas de iniciativa do Governador, motivadas por situação de relevante interesse público e precedidas da participação popular e de estudos técnicos que avaliem o impacto da alteração, aprovados pelo órgão competente do Distrito Federal.***
> (O grifo é nosso)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

De acordo com a Constituição Federal, a matéria em análise é de competência do Distrito Federal, ao lhe serem conferidas as atribuições reservadas aos estados e municípios:

> ***Art. 30.*** *Compete aos Municípios:*
>
> *I - legislar sobre assuntos de interesse local;*
>
> .....
>
> *VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;*
>
> .....
>
> ***Art. 32.*** *(...)*
>
> *§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.*
>
> .....

O interesse público da iniciativa fica demonstrado, pois a proposição contribui, no que tange à escala da área do projeto enfocado, para a consolidação de um processo de planejamento territorial e urbano no Distrito Federal, tal como preconizado por sua Lei Orgânica - LODF

Diante do exposto, manifestamos voto pela ADMISSIBILIDADE do Projeto de Lei Complementar nº 51, de 2012, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça. Com as Emendas Aprovadas na CAF.

Sala das Comissões, de de 2012.

Deputado CHICO LEITE **Deputado**

Presidente ***Relator***

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 27/11/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO
☐ REDAÇÃO FINAL EM / /2012

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO ☐COM EMENDA(S) ☐ANEXO
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROCESSO Nº _____
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☒PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 51/12
☐PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐RECURSO Nº (S) _____
☐REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐OUTROS _____
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____
Autor: Deputado(a): _____ ☒Executivo
Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				/		
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT				/		
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB				/		
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB	/					
	LILIANE RORIZ	PSD	/					
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ					/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				/		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	/					
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		17			5		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 parágrafo 8º do RI)

SECRETÁRIO DEP. Olair Francisco

CONSOLIDADO POR _____ MAT. _____

ASSINATURA

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº

1

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar n° 48, de 2012, do Poder Executivo, que "desafeta áreas públicas de uso comum do povo no Setor Leste e Setor Leste Industrial da Região Administrativa do Gama – RA II e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 27/11/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO
☐ REDAÇÃO FINAL EM / /2012

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO ☐COM EMENDA(S) ☐ANEXO
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROCESSO Nº _____
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☒PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 48/12
☐PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐RECURSO Nº (S) _____
☐REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐OUTROS _____
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____ ☒Executivo
Autor: **Deputado(a):** _____
Relator: **Deputado(a):** _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				/		
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT				/		
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB				/		
	DR. MICHEL	PEN	/					
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB				/		
	JOE VALLE	PSB	/					
	LILIANE RORIZ	PSD	/					
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ					/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN				/		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				/		
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	/					
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		17			4		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 parágrafo 8º do RI)

SECRETÁRIO DEP. _____
CONSOLIDADO POR _____ MAT. 13847
ASSINATURA _____
ASSP/_____ Nº _____/__
FOLHA Nº _____

1

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei n° 1.166, de 2012, do Poder Executivo, que "atualiza a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU para o exercício de 2013 e dá outras providências".

O projeto teve tramitação concluída. Foram apresentadas duas emendas de plenário. As comissões deverão se pronunciar sobre as emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas de plenário ao Projeto de Lei n° 1.166, de 2012, do Poder Executivo, que "atualiza a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU para o exercício de 2013 e dá outras providências".

Foram apresentadas duas emendas aditivas de plenário pela Deputada Eliana Pedrosa. Eu quero explicar aqui aos colegas o teor das emendas da Deputada. S.Exa. propõe que, para efeito do cálculo do ITBI e do ITCB, seja utilizada a tabela do IPTU até o montante da transação de 150 mil reais ou valor venal do imóvel de 150 mil reais.

Ocorre que a nossa legislação estabelece o método de cálculo tanto de um tributo, como de outro, e esses cálculos já preveem, de um lado, dentro da incidência, quem tem a isenção e de quanto é essa isenção. Temos, por exemplo, no caso do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos, ITCD, a transmissão de imóveis por meio de programas de assentamento da população de baixa renda, desde que o beneficiário atenda às seguintes condições.

Primeiro, ser destinatário originário do lote do programa a que se refere este inciso. Segundo, ser legítimo ocupante do lote, admitida a ocupação em razão de sucessão, ou seja, de herança. Inciso II: "ao herdeiro ou legatário da transmissão causa *mortis*, desde que o patrimônio transmitido pelo *de cujus* não ultrapasse o valor de sessenta mil reais". E, aí, temos o parágrafo 1º: "sujeitar-se-á ao

recolhimento do imposto, dispensada a acrescida multa de 50%", e no que tange às correções.

Portanto, o nosso parecer, tanto com relação ao ITCD, quanto ao ITBI, é pela rejeição, porque já há disciplina da matéria do benefício. Qualquer modificação tem que ser feita na própria legislação, que estabelece isso. Esse é o primeiro argumento.

O segundo argumento é que todo o benefício fiscal concedido, de desoneração do Fisco, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tem que ter previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Naturalmente, esse é um princípio mais genérico, mas sugiro à Deputada que apresente a proposição na reformulação dessas duas leis, para que no ano que vem possa ser apreciada com a devida previsão orçamentária da desoneração do Estado com relação ao benefício fiscal.

O meu parecer é pela rejeição das duas emendas referidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero confessar ao Deputado e aos demais colegas que eu não sabia que existia essa lei específica já tratando de isenções. Então, nesse tocante, aceito a argumentação do colega e retiro as emendas. Vou fazê-lo usando o processo legislativo próprio.

Agora, o segundo argumento do meu colega, o Deputado Wasny de Roure, diz o seguinte: tem que ter essas previsões na LDO. Hoje votamos, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o projeto de lei que diz respeito às isenções da Codhab e da Terracap até 2014 e 2015, e não há esse dispositivo.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Pois é, mas veja bem, o argumento utilizado por V.Exa. macula a nossa votação na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças hoje, e possivelmente a votação em plenário. Acho que há tempo de corrigirmos, para que não incorramos no risco da Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Pois é, mas hoje não há previsão, Deputado. Eu gostaria até que as outras pessoas soubessem o que estamos discutindo. V.Exa. está falando que essa não está com a previsão. Era só dizer também que era a partir de 2014. Ficaria facilmente resolvido o problema. Mas V.Exa. já me deu a solução para várias outras coisas que estão ocorrendo aqui na Câmara Legislativa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Continua em discussão. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as emendas foram retiradas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok. Então, não há necessidade de parecer nem da CEOF nem da CCJ.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei n° 1.166, de 2012, do Poder Executivo, que "atualiza a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU para o exercício de 2013 e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 1 voto contrário, da Deputada Celina Leão.

Esta Presidência vai convocar sessão extraordinária, a realizar-se imediatamente após esta, para que possamos votar, em segundo turno, os projetos de lei que votamos em primeiro turno, sem prejuízo da Ordem do Dia em vigor.

Convoco sessão extraordinária para votação dos projetos votados nesta sessão, em primeiro turno, e também da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h07min.)

Ata lida e aprovada na 112ª Sessão Ordinária, de 4/12/2012.